

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	39

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	105
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	108

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	68.888
Preferenciais	0
Total	68.888
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2011	Dividendo	13/05/2011	Ordinária		0,99654

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.825.642	1.717.014
1.01	Ativo Circulante	155.117	229.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.513	76.906
1.01.03	Contas a Receber	111.555	91.130
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	111.555	91.130
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	111.555	91.130
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.932	8.828
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.932	8.828
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	9.932	8.828
1.01.07	Despesas Antecipadas	472	130
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.645	52.299
1.01.08.03	Outros	20.645	52.299
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	20.129	51.962
1.01.08.03.02	Outros Créditos	516	337
1.02	Ativo Não Circulante	1.670.525	1.487.721
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	375.267	420.111
1.02.01.03	Contas a Receber	114	120
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	114	120
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	371.000	416.000
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	371.000	416.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.153	3.991
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.153	3.991
1.02.02	Investimentos	1.289.551	1.061.581
1.02.02.01	Participações Societárias	1.289.551	1.061.581
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.288.498	1.060.528
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	5.359	5.676
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.359	5.676
1.02.04	Intangível	348	353
1.02.04.01	Intangíveis	348	353

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.825.642	1.717.014
2.01	Passivo Circulante	111.920	157.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.427	5.468
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.427	5.468
2.01.02	Fornecedores	761	183
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	761	183
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.783	1.241
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	103.923	81.436
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	103.923	81.436
2.01.05	Outras Obrigações	1.026	69.617
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	868	835
2.01.05.02	Outros	158	68.782
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	68.650
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	13	13
2.01.05.02.05	Outros	145	119
2.02	Passivo Não Circulante	356.000	356.000
2.02.02	Outras Obrigações	356.000	356.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	356.000	356.000
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	356.000	356.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.357.722	1.203.069
2.03.01	Capital Social Realizado	592.124	549.083
2.03.04	Reservas de Lucros	787.869	676.257
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	86.094	150.156	65.409	124.464
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.831	-11.224	-4.652	-10.282
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-1.715	-7.631	-2.878	-6.499
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-1.398	-2.803	-1.089	-2.444
3.04.02.03	Tributárias	-718	-790	-685	-1.339
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.946	4.183	550	1.746
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	87.979	157.197	69.511	133.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	86.094	150.156	65.409	124.464
3.06	Resultado Financeiro	1.984	5.810	1.692	3.540
3.06.01	Receitas Financeiras	15.734	32.271	11.969	22.956
3.06.01.01	Receitas Financeiras	15.716	32.260	11.943	22.921
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	18	11	26	35
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.750	-26.461	-10.277	-19.416
3.06.02.02	Despesas Financeiras	-13.750	-26.461	-10.277	-19.416
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.078	155.966	67.101	128.004
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.313	-1.313	-1.001	-2.067
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	86.765	154.653	66.100	125.937
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	86.765	154.653	66.100	125.937
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,25951	2,24499	0,95953	1,82814

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	86.765	154.653	66.100	125.937
4.03	Resultado Abrangente do Período	86.765	154.653	66.100	125.937

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.761	-9.235
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-158.628	-135.136
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	499	485
6.01.01.02	Baixa de Ativos Permanentes	62	41
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	-1.992	-2.662
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-157.197	-133.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.786	-36
6.01.02.01	Contas a Receber	0	12
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	1.284	0
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-342	-271
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-2.478	816
6.01.02.05	Outros créditos	-179	-615
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-162	0
6.01.02.07	Outras Contas a Receber	6	0
6.01.02.08	Fornecedores	0	182
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-1.041	197
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	542	58
6.01.02.11	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	-20	0
6.01.02.12	Outras contas a pagar	26	-415
6.01.02.13	Fornecedores - Partes Relacionadas	578	0
6.01.03	Outros	154.653	125.937
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	154.653	125.937
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.965	87.049
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-184	-1.199
6.02.02	Adições ao Intangível	-55	-123
6.02.03	Adiantamentos para Novos Projetos	0	256
6.02.04	Adições de Investimento	-69.618	-71.792
6.02.05	Redução de Capital de Sociedade Controlada	0	55.000
6.02.06	Recebimento de Dividendos - Exercícios Anteriores	0	22.978
6.02.07	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	67.572	13.648
6.02.08	Recebimento de Dividendos	12.250	68.281
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.597	-41.866
6.03.03	Pagamentos de Dividendos	-68.597	-41.866
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-64.393	35.948
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.906	12.018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.513	47.966

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	653.986	0	0	1.203.069
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	653.986	0	0	1.203.069
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.041	0	-43.041	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	43.041	0	-43.041	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.653	0	154.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.653	0	154.653
5.07	Saldos Finais	592.124	0	610.945	154.653	0	1.357.722

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	455.852	0	-22.271	982.664
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-383	0	-383
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	455.852	-383	-22.271	982.281
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	125.937	0	125.937
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	125.937	0	125.937
5.07	Saldos Finais	549.083	0	455.852	125.554	-22.271	1.108.218

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.04	Retenções	-499	-485
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-499	-485
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-499	-485
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	193.712	157.702
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	157.197	133.000
7.06.02	Receitas Financeiras	32.289	22.956
7.06.03	Outros	4.226	1.746
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	193.213	157.217
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	193.213	157.217
7.08.01	Pessoal	3.143	3.991
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.428	3.590
7.08.01.02	Benefícios	340	198
7.08.01.03	F.G.T.S.	375	203
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.759	2.316
7.08.02.01	Federais	1.693	2.258
7.08.02.02	Estaduais	40	27
7.08.02.03	Municipais	26	31
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.658	24.973
7.08.03.01	Juros	26.475	19.343
7.08.03.02	Aluguéis	440	406
7.08.03.03	Outras	6.743	5.224
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	154.653	125.937
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	154.653	125.937

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	5.031.928	4.821.477
1.01	Ativo Circulante	1.317.308	1.387.678
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.132.439	1.168.288
1.01.02	Aplicações Financeiras	40.003	96.875
1.01.03	Contas a Receber	93.553	84.517
1.01.03.01	Clientes	93.463	84.428
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	90	89
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	90	89
1.01.04	Estoques	4.811	2.819
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.796	24.680
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.016	5.702
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.690	4.797
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.690	4.797
1.01.08.01.03	Outros	3.690	4.797
1.02	Ativo Não Circulante	3.714.620	3.433.799
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	134.807	103.052
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	22.530	301
1.02.01.03	Contas a Receber	142	148
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	142	148
1.02.01.06	Tributos Diferidos	97.028	88.151
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.028	88.151
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3	162
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	15.104	14.290
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	15.104	14.290
1.02.02	Investimentos	1.053	1.053
1.02.02.01	Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	53.702	48.114
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	53.702	48.114
1.02.04	Intangível	3.525.058	3.281.580
1.02.04.01	Intangíveis	3.525.058	3.281.580

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	5.031.928	4.821.477
2.01	Passivo Circulante	1.375.214	1.637.298
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.982	40.810
2.01.01.01	Obrigações Sociais	45.982	40.810
2.01.02	Fornecedores	83.113	71.124
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	83.113	71.124
2.01.03	Obrigações Fiscais	54.414	50.444
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	908.081	1.234.363
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	579.554	938.278
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	579.554	938.278
2.01.04.02	Debêntures	328.527	296.085
2.01.05	Outras Obrigações	200.699	192.093
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	858	816
2.01.05.02	Outros	199.841	191.277
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	68.650
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	27.797	24.397
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	63.273	59.639
2.01.05.02.06	Adiantamentos de Seguros	99.425	26.679
2.01.05.02.07	Outros	9.346	11.912
2.01.06	Provisões	82.925	48.464
2.01.06.02	Outras Provisões	82.925	48.464
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	46.470	38.990
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	36.455	9.474
2.02	Passivo Não Circulante	2.408.687	2.097.398
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.861.592	1.554.179
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	502.526	42.758
2.02.01.02	Debêntures	1.359.066	1.511.421
2.02.02	Outras Obrigações	313.439	325.428
2.02.02.02	Outros	313.439	325.428
2.02.02.02.03	Credores pela concessão	304.293	316.066
2.02.02.02.04	Receita Diferida	960	501
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.186	8.861
2.02.03	Tributos Diferidos	36.608	28.402
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.608	28.402
2.02.04	Provisões	197.048	189.389
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.645	10.218
2.02.04.02	Outras Provisões	191.403	179.171
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	162.302	124.331
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	29.101	54.840
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.248.027	1.086.781
2.03.01	Capital Social Realizado	592.124	549.083
2.03.04	Reservas de Lucros	678.174	559.969
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	637.754	1.197.092	535.546	1.005.089
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-414.661	-773.813	-341.459	-631.960
3.03	Resultado Bruto	223.093	423.279	194.087	373.129
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.963	-72.698	-35.794	-71.108
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.963	-72.698	-35.794	-71.108
3.04.02.01	Gerais e Administrativa	-36.743	-71.689	-31.545	-62.443
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-3.133	-6.301	-2.763	-5.641
3.04.02.03	Tributárias	-906	-1.197	-711	-1.736
3.04.02.04	Amortização do ágio em investimento	0	0	-2.033	-4.067
3.04.02.05	Outras Receitas Operacionais Líquidas	3.819	6.489	1.258	2.779
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	186.130	350.581	158.293	302.021
3.06	Resultado Financeiro	-51.598	-112.263	-56.025	-104.955
3.06.01	Receitas Financeiras	39.516	76.457	21.973	31.736
3.06.01.01	Receitas Financeiras	39.442	76.446	21.618	31.701
3.06.01.02	Variação Cambial	74	11	355	35
3.06.02	Despesas Financeiras	-91.114	-188.720	-77.998	-136.691
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	134.532	238.318	102.268	197.066
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.071	-77.072	-32.026	-63.543
3.08.01	Corrente	-45.463	-77.743	-31.861	-60.751
3.08.02	Diferido	1.392	671	-165	-2.792
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	90.461	161.246	70.242	133.523
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	90.461	161.246	70.242	133.523
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	90.461	161.246	70.242	133.523
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,31316	2,34070	1,01966	1,93826

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	90.461	161.246	70.242	133.523
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	90.461	161.246	70.242	133.523
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	90.461	161.246	70.242	133.523

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	496.918	302.421
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	297.253	227.901
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	98.472	80.140
6.01.01.02	Amortizações de Ágio em Investimento	0	4.067
6.01.01.03	Baixas de Ativos Permanentes	16.400	-514
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-671	2.792
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros	20.181	28.669
6.01.01.06	Receita Financeira	-4.933	-510
6.01.01.07	Juros e Variações de Empréstimos	32.086	98.764
6.01.01.08	Juros e Variações de Debêntures	117.708	6.370
6.01.01.09	Despesas Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	4.281	4.587
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-4.514	144
6.01.01.11	Constituição de provisão de manutenção	18.243	3.392
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	38.419	-59.003
6.01.02.01	Contas a Receber	-9.035	-6.897
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-1	-151
6.01.02.03	Estoques	-1.911	-1.340
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-10.155	-3.194
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-1.066	-984
6.01.02.06	Outros	1.769	-3.018
6.01.02.07	Cauções Contratuais	782	2.298
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-814	69
6.01.02.09	Outras Contas a Receber	6	21
6.01.02.10	Fornecedores	21.794	-8.812
6.01.02.11	Fornecedores - Partes Relacionadas	-11	-69
6.01.02.12	Cauções Contratuais de Fornecedores	0	1
6.01.02.13	Obrigações Sociais	5.125	3.557
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	51.970	24.487
6.01.02.15	Adiantamentos de Seguros	72.746	0
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	-3.241	0
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-48.812	-28.630
6.01.02.18	Credores pela Concessão	7	76
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-59	0
6.01.02.20	Pagamento de Juros	-40.675	-36.417
6.01.03	Outros	161.246	133.523
6.01.03.02	Lucro Líquido do Período	161.246	133.523
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-293.729	-300.978
6.02.01	Aquisições do Ativo Imobilizado	-6.908	-9.402
6.02.02	Adições ao Intangível	-325.347	-261.044
6.02.03	Adiantamento para Novos Projetos	0	256
6.02.04	Aplicação Financeira Vinculada	-174.486	-55.493
6.02.05	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	213.012	24.705
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-239.038	543.229
6.03.01	Captações	107.724	116.276

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.03.02	Pagamentos	-9.349	-853.973
6.03.03	Pagamento de Juros	-2.868	0
6.03.04	Pagamento de Debêntures Principal	-121.505	0
6.03.05	Pagamento de Debêntures Juros	-116.116	-22.871
6.03.06	Pagamento de Credores pela Concessão	-28.327	-27.191
6.03.07	Pagamento de Dividendos	-68.597	-41.866
6.03.08	Emissão de Debêntures	0	1.372.854
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-35.849	544.672
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.168.288	442.192
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.132.439	986.864

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	559.969	0	-22.271	1.086.781	0	1.086.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	559.969	0	-22.271	1.086.781	0	1.086.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.041	0	-43.041	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	43.041	0	-43.041	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.246	0	161.246	0	161.246
5.07	Saldos Finais	592.124	0	516.928	161.246	-22.271	1.248.027	0	1.248.027

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	549.083	0	324.370	0	-22.271	851.182	0	851.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-383	0	-383	0	-383
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	549.083	0	324.370	-383	-22.271	850.799	0	850.799
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	133.523	0	133.523	0	133.523
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	133.523	0	133.523	0	133.523
5.07	Saldos Finais	549.083	0	324.370	133.140	-22.271	984.322	0	984.322

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	1.284.462	1.077.986
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	888.206	756.343
7.01.02	Outras Receitas	396.256	321.643
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	340.667	279.822
7.01.02.02	Outras	55.589	41.821
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-637.458	-530.979
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.904	-39.652
7.02.04	Outros	-598.554	-491.327
7.02.04.01	Custo dos Serviços Prestados	-100.858	-93.287
7.02.04.02	Custo dos Serviços de Construção	-340.667	-279.822
7.02.04.03	Custo da concessão	-61.337	-64.648
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-79.778	-49.205
7.02.04.05	Outros	-15.914	-4.365
7.03	Valor Adicionado Bruto	647.004	547.007
7.04	Retenções	-98.472	-84.207
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-98.472	-84.207
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	548.532	462.800
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	96.577	42.581
7.06.02	Receitas Financeiras	76.477	31.306
7.06.03	Outros	20.100	11.275
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	645.109	505.381
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	645.109	505.381
7.08.01	Pessoal	114.835	94.562
7.08.01.01	Remuneração Direta	87.343	74.251
7.08.01.02	Benefícios	21.271	15.112
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.221	5.199
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	180.685	150.216
7.08.02.01	Federais	129.877	107.462
7.08.02.02	Estaduais	237	586
7.08.02.03	Municipais	50.571	42.168
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	179.689	115.603
7.08.03.01	Juros	167.973	105.715
7.08.03.02	Aluguéis	4.563	4.379
7.08.03.03	Outras	7.153	5.509
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	169.900	145.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.654	11.477
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	161.246	133.523

Comentário do Desempenho

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Divulgação dos Resultados Consolidados

2º Trimestre de 2011



Comentário do Desempenho

163,1 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+16,4%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 637,8 MILHÕES (+19,1%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 269,6 MILHÕES (+20,3%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 90,5 MILHÕES (+28,8%)

AGENDA DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA



EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (12/08/2011)
11:00 (São Paulo)
10:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 4688-6361
Código: OHL
Replay: Entre 13/08 e 18/08
Tel.: +55 (11) 4688-6312
Código: 2467078

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link <http://webcall.rweb.com.br/ohlbrasil> e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

EM INGLÊS

Segunda-feira (22/08/2011)
Disponibilização da transcrição para o inglês da teleconferência em português.

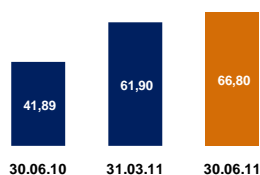
São Paulo, 10 de agosto de 2011 – A OHL Brasil (“Companhia”) anuncia seu resultado do segundo trimestre de 2011, período encerrado em 30 de junho de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária. As informações foram elaboradas em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 485, de 1 de setembro de 2010.

DESTAQUES 2T11

- **Tráfego Pedagiado:** O volume de tráfego pedagiado das concessionárias estaduais e federais apresentou, respectivamente, crescimento de 16,2% e 16,5% no 2T11 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Entre os principais fatores que influenciaram o aumento, destacam-se: (i) a implantação da cobrança bidirecional em quatro praças de pedágio da concessionária estadual Centrovias; (ii) a abertura da última praça de pedágio da concessionária federal Fernão Dias; e (iii) o desempenho positivo da atividade econômica.
- **Receita Líquida:** A receita líquida alcançou o montante de R\$ 637,8 milhões, com crescimento de R\$ 102,2 milhões (+19,1%) em comparação ao 2T10. Esse crescimento não só reflete a evolução do tráfego ocasionada pelos motivos acima citados, mas também os reajustes tarifários aplicados às concessionárias federais e o aumento da receita relativa aos serviços de construção.
- **EBITDA Ajustado:** O EBITDA Ajustado (antes do IFRS) atingiu o montante de R\$ 269,6 milhões no 2T11, com margem de 42,3%.
- **Lucro Líquido:** O lucro líquido alcançou R\$ 90,5 milhões, 28,8% superior ao registrado no 2T10.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 1,6 bilhão em 30/06/2011, com aumento de 8,3% frente ao 1T11. O nível de endividamento líquido é reflexo do cumprimento dos programas de investimentos das concessionárias federais. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 1,6x.
- **Investimentos:** Foram investidos R\$ 184,1 milhões em ativos intangíveis e imobilizado no 2T11, sendo que 94,0% dos recursos foram aplicados nos projetos das concessionárias federais. No acumulado do semestre, os investimentos totalizaram R\$ 332,3 milhões.



OHLB3 (R\$ por ação)
Cotação Fech.



BM&FBOVESPA: OHLB3

Bloomberg: OHLB3 BZ

Thomson Reuters: OHLB3.BR

Atualização em 04/08/2011

Preço Fech.: R\$ 60,38 por ação

Valor de Mercado: R\$ 4,2 bilhões

Indicadores Financeiros	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10
Veículos equivalentes (Mil)	163.050	160.881	140.079	1,3%	16,4%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	453.868	434.337	390.204	4,5%	16,3%
Receita líquida (R\$ Mil)	637.754	559.338	535.546	14,0%	19,1%
EBITDA (R\$ Mil)	236.217	212.836	202.653	11,0%	16,6%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	269.563	251.157	223.990	7,3%	20,3%
Lucro líquido (R\$ Mil)	90.461	70.785	70.242	27,8%	28,8%
Margem EBITDA	37,0%	38,1%	37,8%		
Margem EBITDA ajustado	42,3%	44,9%	41,8%		
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.248.027	1.157.566	984.322		
Ativos totais (R\$ Mil)	5.031.928	4.950.840	4.261.677		
Dívida bruta / Capitalização total ²	68,9%	70,4%	71,5%		
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	1,6	1,6	1,8		

¹ Considera ajustes para reversão da provisão p/ manutenção de rodovias e lucros não realizados pelas construtoras.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

Comentário do Desempenho

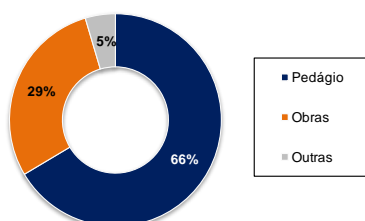
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10	1S11	1S10	Var% 1S11/1S10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	682.866	601.596	573.817	13,5%	19,0%	1.284.462	1.077.986	19,2%
Receitas de pedágio	453.868	434.337	390.204	4,5%	16,3%	888.205	756.345	17,4%
Estaduais	254.177	237.332	236.092	7,1%	7,7%	491.509	450.577	9,1%
Autovias	64.004	59.337	59.445	7,9%	7,7%	123.341	113.282	8,9%
Centrovias	62.277	59.521	56.335	4,6%	10,5%	121.799	110.359	10,4%
Intervias	70.788	65.239	66.940	8,5%	5,7%	136.027	126.219	7,8%
Vianorte	57.108	53.235	53.372	7,3%	7,0%	110.343	100.717	9,6%
Federais	199.691	197.005	154.112	1,4%	29,6%	396.696	305.768	29,7%
Planalto Sul	21.642	21.992	19.501	-1,6%	11,0%	43.634	37.579	16,1%
Fluminense	31.393	31.509	25.908	-0,4%	21,2%	62.902	52.733	19,3%
Fernão Dias	48.373	47.364	29.786	2,1%	62,4%	95.737	57.835	65,5%
Régis Bittencourt	60.066	59.150	49.319	1,5%	21,8%	119.216	97.356	22,5%
Litoral Sul	38.217	36.990	29.598	3,3%	29,1%	75.207	60.265	24,8%
Outras receitas	31.364	24.226	25.118	29,5%	24,9%	55.590	41.819	32,9%
Receitas de obras	197.634	143.033	158.495	38,2%	24,7%	340.667	279.822	21,7%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(45.112)	(42.258)	(38.271)	6,8%	17,9%	(87.370)	(72.897)	19,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	637.754	559.338	535.546	14,0%	19,1%	1.197.092	1.005.089	19,1%
CUSTOS E DESPESAS	(401.537)	(346.502)	(332.893)	15,9%	20,6%	(748.039)	(618.861)	20,9%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(117.639)	(121.661)	(124.775)	-3,3%	-5,7%	(239.300)	(233.873)	2,3%
Custo dos serv. de construção	(197.634)	(143.033)	(158.495)	38,2%	24,7%	(340.667)	(279.822)	21,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(31.603)	(31.649)	(27.933)	-0,1%	13,1%	(63.252)	(55.877)	13,2%
Remuneração da administração	(3.133)	(3.168)	(2.763)	-1,1%	13,4%	(6.301)	(5.641)	11,7%
Despesas tributárias	(906)	(291)	(711)	211,3%	27,4%	(1.197)	(1.736)	-31,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(54.441)	(49.371)	(19.474)	10,3%	179,6%	(103.812)	(44.691)	132,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.819	2.670	1.258	43,0%	203,6%	6.489	2.779	133,5%
EBITDA	236.217	212.836	202.653	11,0%	16,6%	449.053	386.228	16,3%
Margem EBITDA	37,0%	38,1%	37,8%			37,5%	38,4%	
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(50.087)	(48.385)	(44.360)	3,5%	12,9%	(98.472)	(84.207)	16,9%
Depreciações e amortizações	(50.087)	(48.385)	(42.327)	3,5%	18,3%	(98.472)	(80.140)	22,9%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.033)	-	-	-	(4.067)	-
RESULTADO FINANCEIRO	(51.598)	(60.665)	(56.025)	-14,9%	-7,9%	(112.263)	(104.955)	7,0%
Receitas financeiras	39.442	37.004	21.618	6,6%	82,4%	76.446	31.701	141,1%
Despesas financeiras	(91.114)	(97.606)	(77.998)	-6,7%	16,8%	(188.720)	(136.691)	38,1%
Varição cambial, liq.	74	(63)	355	-217,5%	-79,2%	11	35	-68,6%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	134.532	103.786	102.268	29,6%	31,5%	238.318	197.066	20,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(44.071)	(33.001)	(32.026)	33,5%	37,6%	(77.072)	(63.543)	21,3%
Corrente	(45.463)	(32.280)	(31.861)	40,8%	42,7%	(77.743)	(60.751)	28,0%
Diferido	1.392	(721)	(165)	-293,1%	-943,6%	671	(2.792)	-124,0%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	90.461	70.785	70.242	27,8%	28,8%	161.246	133.523	20,8%

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

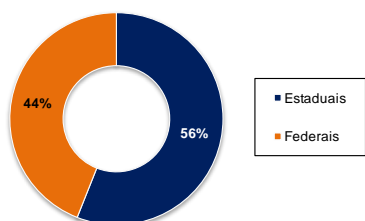
Composição da Receita Bruta (%)



A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, de conservação e pavimentação de rodovias, totalizou R\$ 682,9 milhões no 2T11, com crescimento de 19,0% em relação aos R\$ 573,8 milhões registrados ao 2T10. Dentre os motivos que geraram esse resultado, destacam-se: (i) a operação e arrecadação da totalidade das praças de pedágio administradas pelas concessionárias; (ii) os reajustes tarifários aplicados às concessionárias federais no final do ano passado e início do ano atual; (iii) o aumento da receita relativa aos serviços de construção; e (iv) o desempenho positivo da atividade econômica.

Receita de Pedágio

Composição da Receita de Pedágio (%)



As concessionárias estaduais encerraram o 2T11 com receita de pedágio equivalente a R\$ 254,2 milhões, elevação de 7,7% em relação aos R\$ 236,1 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. Esse efeito positivo derivou da implantação da cobrança bidirecional em quatro praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias, bem como do desempenho favorável da economia da comparação ano contra ano.

Já as concessionárias federais registraram arrecadação de R\$ 199,7 milhões (+29,6%) no mesmo período, ou seja, R\$ 45,6 milhões acima do montante arrecadado em 2T10. Entre os fatores que motivaram o aumento, vale enfatizar a ampliação da arrecadação resultante da abertura da praça de pedágio de Mairiporã (SP), que responde por cerca de 21%¹ do total do tráfego pedagiado pela Autopista Fernão Dias, e os reajustes das tarifas de pedágio praticadas pelas concessionárias federais entre os meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011. Esses reajustes representaram em média a elevação de 11,3% das tarifas praticadas.

A receita de pedágio consolidada totalizou R\$ 453,9 milhões no 2T11, com aumento de 16,3% em comparação ao 2T10. Em relação ao 1T11, o crescimento (+4,5%) foi influenciado pela sazonalidade característica do período.

Tráfego Pedagiado: No trimestre, o tráfego pedagiado totalizou 163.050 mil veículos equivalentes, 16,4% superior quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

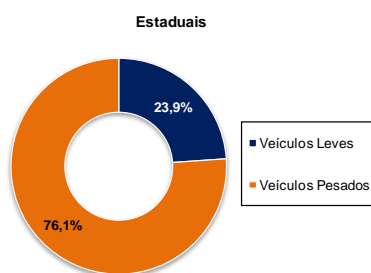
Veículos Equivalentes (Mil)	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10	1S11	1S10	Var% 1S11/1S10
Estaduais	45.054	42.005	38.767	7,3%	16,2%	87.058	73.690	18,1%
Autovias	10.735	9.950	10.428	7,9%	2,9%	20.685	19.798	4,5%
Centrovias	11.597	11.065	6.183	4,8%	87,6%	22.662	12.087	87,5%
Intervias	14.518	13.368	14.236	8,6%	2,0%	27.886	26.852	3,9%
Vianorte	8.203	7.622	7.920	7,6%	3,6%	15.825	14.954	5,8%
Federais	117.996	118.877	101.312	-0,7%	16,5%	236.873	201.666	17,5%
Planalto Sul	6.981	7.094	6.725	-1,6%	3,8%	14.075	12.958	8,6%
Fluminense	11.212	11.550	9.965	-2,9%	12,5%	22.762	20.428	11,4%
Fernão Dias	37.210	36.433	27.078	2,1%	37,4%	73.643	52.577	40,1%
Régis Bittencourt	35.296	34.831	32.879	1,3%	7,3%	70.127	64.904	8,0%
Litoral Sul	27.298	28.968	24.665	-5,8%	10,7%	56.266	50.799	10,8%
Total	163.050	160.881	140.079	1,3%	16,4%	323.932	275.355	17,6%

Conforme mencionado anteriormente, a variação do tráfego pedagiado no 2T11 frente ao 2T10 reflete, principalmente, (i) a implantação da cobrança bidirecional nas praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias, localizadas nos municípios de Brotas, Dois Córregos, Itirapina e Rio Claro; (ii) o início da cobrança de pedágio relativa à praça de Mairiporã (SP) na Autopista Fernão Dias, iniciada em setembro de 2010; e (iii) o desempenho da atividade econômica.

¹ Média de veículos equivalentes na Praça de Pedágio (P1) entre janeiro e junho de 2011.

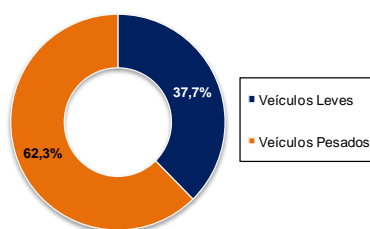
Comentário do Desempenho

Tráfego Pedagiado 2T11 (%)



Na comparação com o trimestre anterior, o tráfego de veículos apresentou crescimento alinhado com os ajustes sazonais do período. Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), o tráfego de veículos leves, que até o mês de maio foi impactado de forma positiva pela geração de emprego e renda, sofreu ajustes no mês de junho em função dos choques inflacionários resultantes da alta de preços dos combustíveis e dos alimentos. Da mesma forma, o tráfego de veículos pesados acompanhou as oscilações da produção industrial, revertendo a expansão de 1,1% observada em maio, conforme levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Federais



Tarifa Média: Na comparação 2T11 contra 2T10, o crescimento das tarifas médias praticadas pelas concessionárias federais reflete os reajustes tarifários, ocorridos entre os meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, efetivados com base (i) na variação acumulada do IPCA nos 12 meses anteriores aos respectivos reajustes; (ii) no critério de arredondamento da primeira casa decimal, e (iii) nos reequilíbrios contratuais oriundos da revisão do cronograma de investimentos previstos nos contratos de concessão.

Em relação às concessionárias estaduais, vale destacar a diminuição na tarifa média (-41,1%) praticada pela concessionária Centrovias no 2T11, quando comparada ao 2T10, em virtude da alteração na forma de cobrança de pedágio (bidirecional) acompanhada da redução de 50% nas tarifas praticadas por quatro praças de pedágio administradas pela concessionária.

Segue abaixo evolução das tarifas médias praticadas pelas concessionárias estaduais e federais:

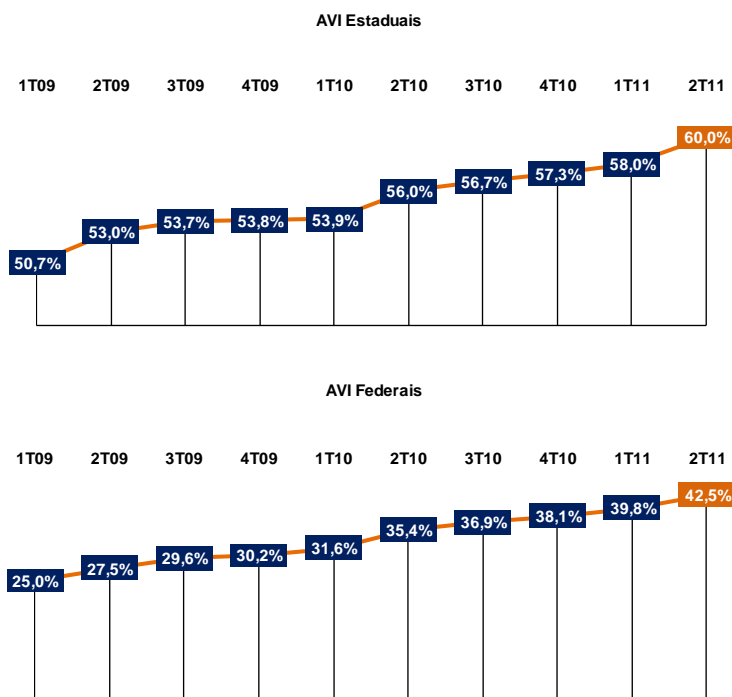
Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10	1S11	1S10	Var% 1S11/1S10
Estaduais	5,64	5,65	6,09	-0,2%	-7,4%	5,65	6,11	-7,7%
Autovias	5,96	5,96	5,70	0,0%	4,6%	5,96	5,72	4,2%
Centrovias	5,37	5,38	9,11	-0,2%	-41,1%	5,37	9,13	-41,1%
Intervias	4,88	4,88	4,70	-0,1%	3,7%	4,88	4,70	3,8%
Vianorte	6,96	6,98	6,74	-0,3%	3,3%	6,97	6,74	3,5%
Federais	1,69	1,66	1,52	2,1%	11,3%	1,67	1,52	10,5%
Planalto Sul	3,10	3,10	2,90	0,0%	6,9%	3,10	2,90	6,9%
Fluminense	2,80	2,73	2,60	2,6%	7,7%	2,76	2,58	7,1%
Fernão Dias	1,30	1,30	1,10	0,0%	18,2%	1,30	1,10	18,2%
Régis Bittencourt	1,70	1,70	1,50	0,2%	13,5%	1,70	1,50	13,3%
Litoral Sul	1,40	1,28	1,20	9,6%	16,7%	1,34	1,19	12,7%
Total	2,78	2,70	2,79	3,1%	-0,1%	2,74	2,75	-0,2%

Eventos subsequentes ao trimestre: No dia 1º de julho de 2011, as tarifas de pedágio praticadas pelas concessionárias estaduais foram reajustadas em 9,77%, com base no IGP-M acumulado entre os meses de junho de 2010 e maio de 2011, conforme aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 60,0% no 2T11, contra 56,0% no 2T10. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 42,5% contra 35,4% no 2T10.

A seguir, gráficos com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o primeiro trimestre de 2009:

Comentário do Desempenho



Receita de Obras

No 2T11, a receita de obras cresceu R\$ 39,1 milhões (+24,7%) em relação ao 2T10, sendo que 96,8% das obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados aos contratos de concessão.

Outras Receitas

As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras do grupo OHL, cresceram 24,9% no 2T11 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As concessionárias obtiveram R\$ 3,0 milhões de receitas oriundas da exploração da faixa de domínio das concessionárias no 2T11. Já as receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras atingiram o montante de R\$ 28,4 milhões, 26,9% maior que no 2T10.

Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

No 2T11, a Companhia obteve receita líquida dos serviços no valor de R\$ 637,8 milhões, apresentando crescimento de 19,1% em comparação ao 2T10. As deduções somaram R\$ 45,1 milhões, com acréscimo de 17,9% frente ao 2T10. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$ 236,2 milhões no 2T11, apresentando crescimento de 16,6% em relação ao 2T10. O aumento de R\$ 33,6 milhões reflete o crescimento de R\$ 102,2 milhões na receita líquida da Companhia e o aumento de R\$ 68,6 milhões dos custos e despesas no período.

Comentário do Desempenho

Entre os principais fatores que influenciaram a variação dos custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização), destacam-se os seguintes aspectos:

- Aumento de R\$ 39,1 milhões na rubrica “Custos dos serviços de construção”;
- Acréscimo de R\$ 35,0 milhões na “Provisão p/ manutenção em rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo os contratos de concessão. Ressalta-se que os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Crescimento dos custos com “Pessoal” e “Serviços de Terceiros”, no montante total de R\$ 8,9 milhões, refletindo a evolução do quadro de pessoal ocasionada pela abertura da totalidade das praças de pedágio e os reajustes contratuais de serviços de terceiros baseados na inflação; e
- Redução de R\$ 10,6 milhões nos custos de conservação, consumo e transportes.

EBITDA								
(Em milhares de reais)								
	2T11	1T11	2T10	Var%	Var%	1S11	1S10	Var%
				2T11/1T11	2T11/2T10			1S11/1S10
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	637.754	559.338	535.546	14,0%	19,1%	1.197.092	1.005.089	19,1%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(401.537)	(346.502)	(332.893)	15,9%	20,6%	(748.039)	(618.861)	20,9%
EBITDA ¹	236.217	212.836	202.653	11,0%	16,6%	449.053	386.228	16,3%
Margem EBITDA	37,0%	38,1%	37,8%			37,5%	38,4%	
(+) Provisão para manutenção de rodovias	54.441	49.371	19.474			103.812	44.691	
(+) Ajustes de consolidação	(21.095)	(11.050)	1.863			(32.145)	(3.993)	
EBITDA Ajustado ² (antes do IFRS)	269.563	251.157	223.990	7,3%	20,3%	520.720	426.926	22,0%
Margem EBITDA	42,3%	44,9%	41,8%			43,5%	42,5%	

- 1) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.
- 2) Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01), e retenção dos lucros não realizados (EBITDA Construtoras).

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo.

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	58.877	613	59.490	(23.282)	(613)	(23.895)	35.595	9.947	45.542	76,6%
Centrovias	57.475	1.735	59.210	(23.480)	(1.735)	(25.215)	33.995	9.969	43.964	74,3%
Intervias	65.331	3.194	68.525	(23.387)	(3.194)	(26.581)	41.944	9.452	51.396	75,0%
Vianorte	52.527	868	53.395	(27.485)	(868)	(28.353)	25.042	17.541	42.583	79,8%
Estaduais	234.210	6.410	240.620	(97.634)	(6.410)	(104.044)	136.576	46.908	183.484	76,3%
Planalto Sul	19.429	25.350	44.779	(12.745)	(25.350)	(38.095)	6.684	1.060	7.744	17,3%
Fluminense	28.369	18.633	47.002	(15.414)	(18.633)	(34.047)	12.955	1.120	14.075	29,9%
Fernão Dias	44.215	45.742	89.957	(26.366)	(45.742)	(72.108)	17.849	1.978	19.827	22,0%
Régis Bittencourt	54.867	65.129	119.996	(25.030)	(65.129)	(90.158)	29.838	1.772	31.610	26,3%
Litoral Sul	34.832	36.371	71.203	(21.983)	(36.371)	(58.353)	12.850	1.603	14.453	20,3%
Federais	181.712	191.224	372.936	(101.537)	(191.224)	(292.761)	80.175	7.533	87.708	23,5%
Total Concessionárias	415.922	197.634	613.556	(199.171)	(197.634)	(396.805)	216.751	54.441	271.192	44,2%
OHL Holding	-	-	-	(1.630)	-	(1.630)	(1.630)	-	(1.630)	-
Construtoras	-	96.910	96.910	-	(75.814)	(75.814)	21.096	-	21.096	-
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	-	(72.712)	(72.712)	-	72.712	72.712	-	-	-	-
Total	415.922	221.833	637.754	(200.801)	(200.737)	(401.537)	236.217	54.441	290.658	45,6%
Ajustes de consolidação ²	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.095)	-
Total Consolidado	415.922	221.833	637.754	(200.801)	(200.737)	(401.537)	236.217	54.441	269.563	42,3%

- 1) Exclui depreciação e amortização.
- 2) Ajustes relativos a eliminações de lucros não realizados pelas sociedades construtoras.

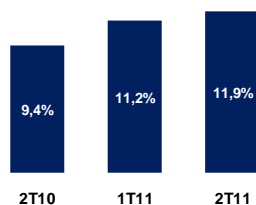
Comentário do Desempenho

Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de novas práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo para reversão do montante relativo à “Provisão para manutenção em rodovias” e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista. Dessa forma, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 269,6 milhões no 2T11, indicando o crescimento de 20,3% quando comparado ao 2T10.

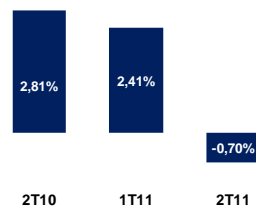
Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10	1S11	1S10	Var% 1S11/1S10
Receitas Financeiras	39.442	37.004	21.618	6,6%	82,4%	76.446	31.701	141,1%
Despesas Financeiras	(91.114)	(97.606)	(77.998)	-6,7%	16,8%	(188.720)	(136.691)	38,1%
Encargos financeiros	(80.049)	(80.220)	(57.531)	-0,2%	39,1%	(160.269)	(98.187)	63,2%
Atualização monetária do ônus fixo	(7.883)	(12.298)	(15.020)	-35,9%	-47,5%	(20.181)	(28.645)	-29,5%
Outras despesas	(3.182)	(5.088)	(5.447)	-37,5%	-41,6%	(8.270)	(9.859)	-16,1%
<i>Variação Cambial Líquida</i>	<i>74</i>	<i>(63)</i>	<i>355</i>	<i>-217,5%</i>	<i>-79,2%</i>	<i>11</i>	<i>35</i>	<i>-68,6%</i>
Resultado Financeiro Líquido	(51.598)	(60.665)	(56.025)	-14,9%	-7,9%	(112.263)	(104.955)	7,0%

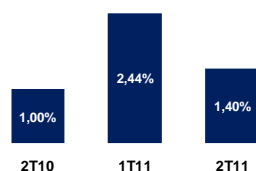
Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



O resultado financeiro líquido diminuiu 14,9% no 2T11 em comparação ao 1T11, passando de R\$ 60,7 milhões para R\$ 51,6 milhões. Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado, podemos destacar:

- Aumento de R\$ 2,4 milhões nas receitas com aplicações financeiras em função do aumento dos juros básico da economia;
- Redução de R\$ 4,4 milhões na despesa com “Atualização monetária do ônus fixo” provocado pela redução do IGP-M no 2T11 quando comparado ao 1T11; e
- Diminuição de outras despesas relativas aos encargos financeiros gerados pelo efeito da passagem do tempo (ajuste a valor presente) no montante de R\$ 1,9 milhão.

Lucro Líquido

No trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 90,5 milhões, valor 28,8% acima dos R\$ 70,2 milhões registrados no 2T10. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o crescimento foi de 27,8%.

Endividamento

No 2T11, a dívida líquida consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures menos disponibilidades e aplicações financeiras) da Companhia totalizava R\$ 1,6 bilhão, apresentando aumento de R\$ 121,3 milhões (8,3%) em relação ao 1T11.

Endividamento (Em milhares de reais)	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10
Dívida Bruta	2.769.673	2.754.475	2.473.740	0,6%	12,0%
Curto Prazo	908.081	872.840	1.186.377	4,0%	-23,5%
Longo Prazo	1.861.592	1.881.635	1.287.363	-1,1%	44,6%
Caixa e equivalentes de caixa	1.132.439	1.237.183	986.864		
Aplicações financeiras vinculadas ¹	62.533	63.931	36.450		
Dívida Líquida	1.574.701	1.453.361	1.450.426	8,3%	8,6%

1) Curto e longo prazo

Comentário do Desempenho

O aumento de R\$ 121,3 milhões foi ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 64,5 milhões em razão dos desembolsos relativos aos empréstimos longo prazo concedidos pelo BNDES;
- Diminuição de R\$ 60,8 milhões referente à quitação de parcela relativa à emissão de debêntures nas Concessionárias Estaduais;
- Redução de R\$ 106,1 milhões nas disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) e aplicações financeiras vinculadas do período; e
- Acréscimo de R\$ 11,5 milhões em função dos juros apropriados e outras movimentações.

BNDES: A Companhia conta com linhas de crédito de curto e longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social destinadas ao financiamento dos programas de investimentos das concessionárias federais. Até 30 de junho de 2011, o saldo de recursos liberados pela instituição era de R\$ 1,0 bilhão.

Eventos subsequentes ao trimestre: Nos dias 24 de maio e 28 de junho de 2011, o BNDES aprovou os financiamentos de longo prazo destinados às concessionárias Fernão Dias e Litoral Sul. Dessa forma, apenas o financiamento destinado à concessionária Fluminense se encontra em processo de análise.

As linhas de longo prazo aprovadas até o momento somam o montante de R\$ 2,9 bilhões. A seguir as condições dos financiamentos de longo prazo:

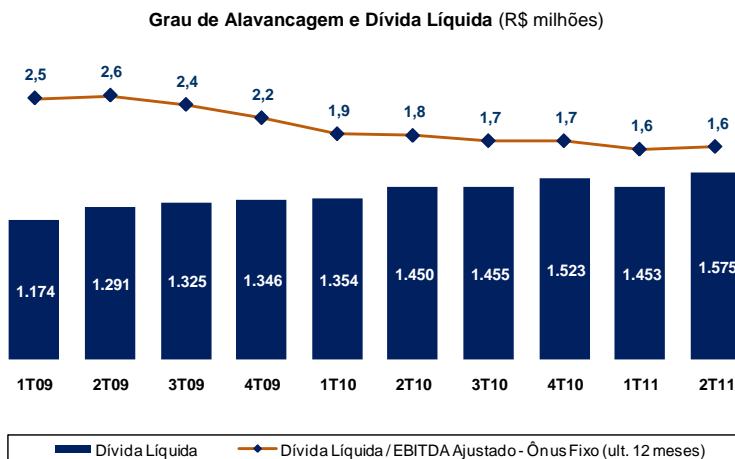
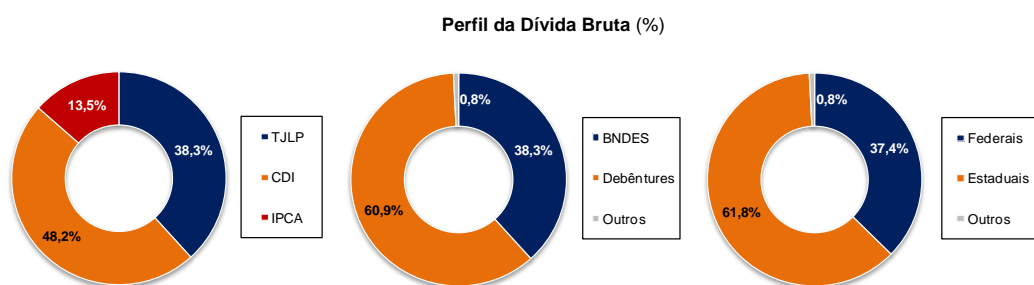
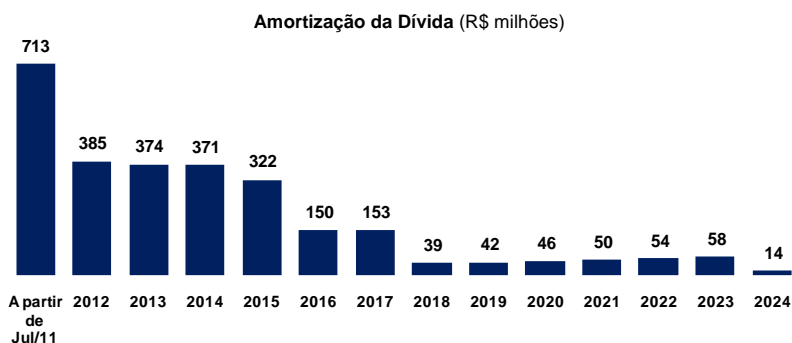
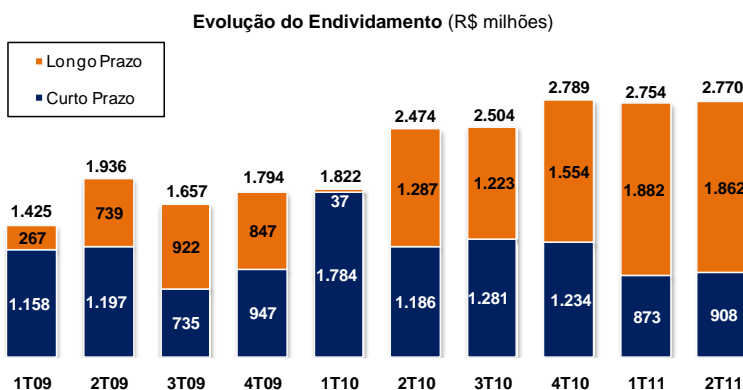
Concessionárias	Valor (R\$ Mil)	Prazo de Amortização	Prazo de Carência	Custo
Autopista Régis Bittencourt				
Subcrédito A	446.395	144 meses	12 meses	TJLP + 2,21% a.a.
Subcrédito B	623.100	126 meses	Até 15/06/14	TJLP + 2,21% a.a.
Total	1.069.495			
Autopista Planalto Sul				
Subcrédito A	184.057	144 meses	18 meses	TJLP + 2,58% a.a.
Subcrédito B	90.007	138 meses	Até 15/06/14	TJLP + 2,58% a.a.
Subcrédito C	57.280	120 meses	Até 15/12/15	TJLP + 2,58% a.a.
Total	331.344			
Autopista Fernão Dias				
Subcrédito A	493.382	144 meses	Até 15/06/12	TJLP + 2,21% a.a.
Subcrédito B	159.300	138 meses	Até 15/12/13	TJLP + 2,21% a.a.
Subcrédito C	50.072	123 meses	Até 15/12/15	TJLP + 2,21% a.a.
Total	702.754			
Autopista Litoral Sul				
Subcrédito A	508.122	144 meses	Até 15/04/13	TJLP + 2,32% a.a.
Subcrédito B	297.964	120 meses	Até 15/06/16	TJLP + 2,32% a.a.
Subcrédito C ¹	4.051	120 meses	Até 15/06/16	TJLP
Total	810.137			

1) Recursos destinados a investimentos sociais.

Em 30 de junho de 2011, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) da Companhia totalizava R\$ 2,8 bilhões.

Comentário do Desempenho

A seguir a evolução e o perfil da dívida:



Comentário do Desempenho

Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 2T11, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente o montante de R\$ 14,2 milhões a título de ônus fixo.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10	1S11	1S10	Var% 1S11/1S10
Total	(14.164)	(14.163)	(13.596)	0,0%	4,2%	(28.327)	(27.191)	4,2%
Autovias	(1.492)	(1.491)	(1.432)	0,1%	4,2%	(2.983)	(2.863)	4,2%
Centrovias	(2.231)	(2.231)	(2.142)	0,0%	4,2%	(4.462)	(4.284)	4,2%
Intervias	(1.388)	(1.389)	(1.333)	-0,1%	4,1%	(2.777)	(2.666)	4,2%
Vianorte	(9.053)	(9.052)	(8.689)	0,0%	4,2%	(18.105)	(17.378)	4,2%

Em 30 de junho de 2011, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Nominal (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	6.548	40.307	46.855	86
Centrovias	9.796	57.959	67.755	83
Intervias	6.097	46.154	52.251	103
Vianorte	39.748	224.834	264.582	80
Total	62.189	369.254	431.443	

Investimentos

As concessionárias estaduais e federais investiram R\$ 184,1 milhões em ativos imobilizados e intangíveis no 2T11 frente aos R\$ 157,1 milhões investidos no 2T10. No semestre (1S11), estes investimentos totalizaram R\$ 332,3 milhões com aumento de 22,9% em relação aos R\$ 270,4 milhões investidos no mesmo período do ano anterior. Os recursos foram destinados, em sua maioria, aos programadas de investimento das concessionárias federais em cumprimento às condições previstas nos respectivos contratos de concessão.

Dentre os principais investimentos em andamento nas concessionárias federais, destacam-se:

- Implantação do contorno rodoviário de Betim e obras de complementação dos trevos situados em Vargem e Bragança Paulista (BR-381) – Autopista Fernão Dias;
- Obras no viaduto de acesso ao Distrito Industrial de Campo Largo da Roseira (BR-376) e ampliação da Ponte Bela Cruz (BR-101) em Itapema/SC – Autopista Litoral Sul; e
- Duplicação da Serra do Cafezal, nos municípios de Jucituba e Miracatu (BR-116) – Autopista Régis Bittencourt.

Além desses, foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

Nas concessionárias estaduais, os principais investimentos em ativos intangíveis foram:

- Implantação de galerias, aquisição de sistemas de radiofonia, softwares e sinalizações para rodovias (SP-225 e SP-310) – Centrovias;
- Implantação de dispositivo de entroncamento (SP-147) – Intervias; e
- Aquisição de equipamentos para as estações de análise de tráfego – Vianorte.

Adicionalmente, foram pagos R\$ 30,3 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias estaduais no 2T11 ou R\$ 60,4 milhões no 1S11.

Comentário do Desempenho

A seguir quadro detalhado dos investimentos realizados por concessionária:

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T11			1S11		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	6.349	313	6.036	12.316	599	11.717
Centrovias	12.072	6.129	5.943	18.523	9.761	8.762
Intervias	10.535	2.673	7.862	27.283	4.541	22.742
Vianorte	11.276	791	10.485	19.818	2.687	17.131
Estaduais	40.232	9.906	30.326	77.940	17.588	60.352
Planalto Sul	20.623	20.623	-	39.340	39.340	-
Fluminense	17.682	17.682	-	36.797	36.797	-
Fernão Dias	40.634	40.634	-	74.798	74.798	-
Régis Bittencourt	59.940	59.940	-	99.823	99.823	-
Litoral Sul	34.301	34.301	-	59.942	59.942	-
Federais	173.180	173.180	-	310.700	310.700	-
Total	213.412	183.086	30.326	388.640	328.288	60.352
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	<i>1.054</i>	<i>1.054</i>	<i>-</i>	<i>3.967</i>	<i>3.967</i>	<i>-</i>
Total	214.466	184.140	30.326	392.607	332.255	60.352

A Companhia estima desembolsar com investimentos intangíveis e imobilizados e manutenção das rodovias cerca de R\$ 930 milhões nas concessões federais e R\$ 135 milhões nas concessões estaduais em 2011. Entre os anos de 2012 e 2015, estão programados desembolsos na ordem de R\$ 3,3 bilhões (R\$ 2,7 bilhões nas concessões federais e R\$ 570 milhões nas concessões estaduais).

Quadro de Pessoal

A seguir apresentamos a composição e evolução do quadro de pessoal da OHL Brasil e de suas controladas.

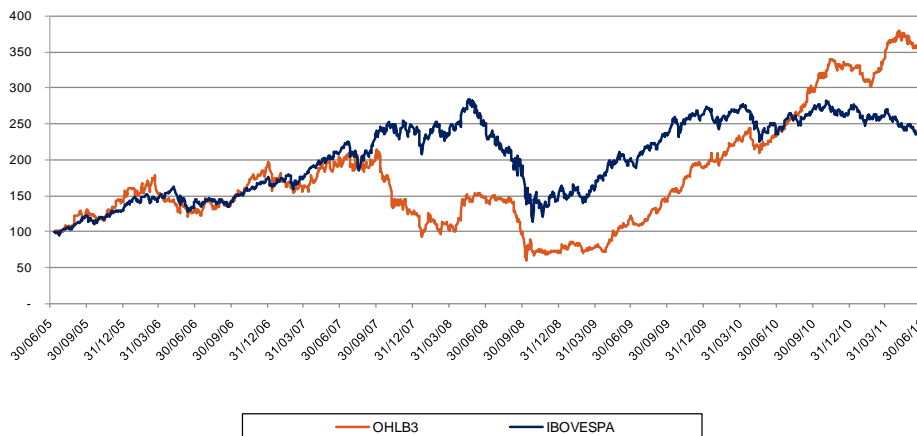
Quadro de Pessoal	2T11	1T11	2T10	Var. 2T11/1T11	Var. 2T11/2T10
OHL (Holding)	109	105	92	4	17
<i>Concessionárias Estaduais</i>	<i>1.325</i>	<i>1.297</i>	<i>1.227</i>	<i>28</i>	<i>98</i>
Autovias	200	191	184	9	16
Centrovias	324	326	271	(2)	53
Intervias	562	544	540	18	22
Vianorte	239	236	232	3	7
<i>Concessionárias Federais</i>	<i>2.135</i>	<i>2.070</i>	<i>1.649</i>	<i>65</i>	<i>486</i>
Litoral Sul	307	308	296	(1)	11
Planalto Sul	187	157	151	30	36
Fluminense	254	232	229	22	25
Fernão Dias	843	830	452	13	391
Régis Bittencourt	544	543	521	1	23
Paulista	221	213	180	8	41
Latina Manutenção	1.673	1.698	1.396	(25)	277
Latina Sinalização	173	179	160	(6)	13
Total	5.636	5.562	4.704	74	932

Comentário do Desempenho

Mercado de Capitais

O valor de mercado da OHL Brasil totalizou R\$ 4,6 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 66,80 por ação em 30/06/2011. Esse preço corresponde a valorização de 7,9% em relação ao preço de fechamento do trimestre anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 9,0%.

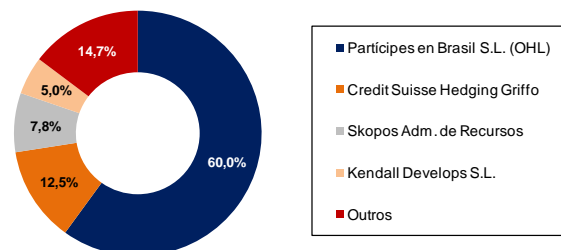
Evolução das Ações OHLB3 x IBOVESPA
(desde o IPO da Companhia)



Média Diária	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10
Nº de Negócios	299	241	143	24,1%	109,1%
Nº de Ações Negociadas	86.890	105.290	81.875	-17,5%	6,1%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	5,70	6,08	3,35	-6,3%	70,1%

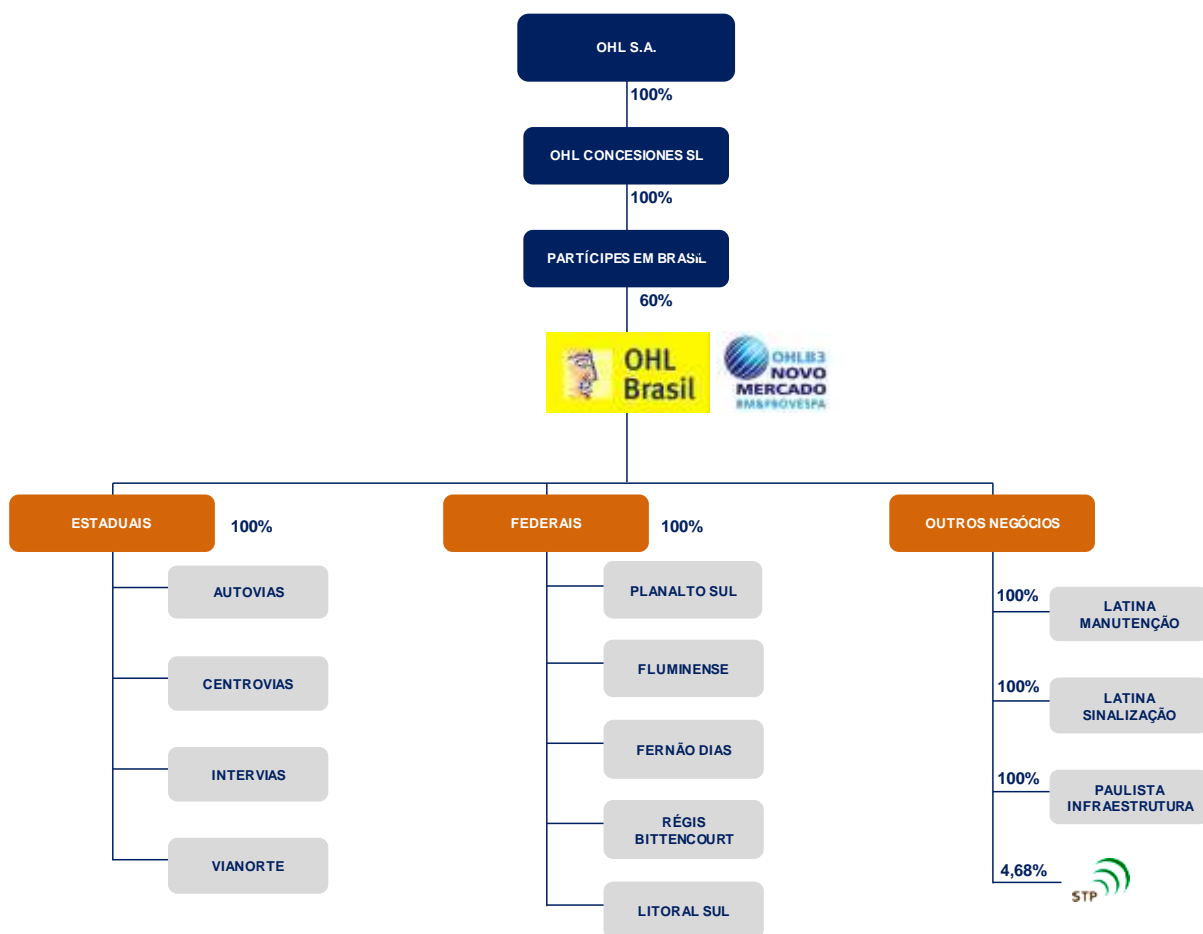
Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 592,1 milhões em 30 de junho de 2011, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.



Comentário do Desempenho

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	382,3	5	n.a.	Feb-33	IPCA

n.a. – não aplicável

Comentário do Desempenho

Quem Somos

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, Peru, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

Para maiores informações acesse:

www.ohlbrasil.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	30/06/11	31/03/11	30/06/10
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.132.439	1.237.183	986.864
Contas a receber	93.463	77.228	71.038
Contas a receber - partes relacionadas	90	91	238
Estoques	4.811	2.765	3.619
Despesas antecipadas	16.016	9.253	10.449
Impostos a recuperar	26.796	28.639	14.662
Aplicações financeiras vinculadas	40.003	51.730	36.297
Outros créditos	3.690	3.309	5.133
Total do ativo circulante	1.317.308	1.410.198	1.128.300
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	22.530	12.201	153
Cauções contratuais	97	97	97
Impostos a recuperar	-	-	1.717
Despesas antecipadas	3	1	17
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.028	91.598	62.876
Depósitos judiciais	15.104	14.815	10.591
Outras contas a receber	45	48	51
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	53.702	50.153	32.666
Intangível	3.525.058	3.370.676	3.024.156
Total do ativo não circulante	3.714.620	3.540.642	3.133.377
TOTAL DO ATIVO	5.031.928	4.950.840	4.261.677
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	579.554	574.564	1.056.058
Debêntures	328.527	298.276	130.319
Fornecedores	83.113	60.433	66.065
Obrigações sociais	45.982	39.056	36.915
Obrigações fiscais	54.414	46.306	45.019
Contas a pagar - partes relacionadas	858	822	829
Cauções contratuais	27.797	26.488	22.709
Dividendos propostos	-	68.650	-
Cretores pela concessão	63.273	60.743	57.662
Provisão para manutenção em rodovias	46.470	44.910	47.630
Provisão para investimentos em rodovias	36.455	22.778	5.763
Adiantamento seguros	99.425	104.558	-
Outras contas a pagar	9.346	15.225	9.175
Total do circulante	1.375.214	1.362.809	1.478.144
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	502.526	445.367	38.458
Debêntures	1.359.066	1.436.268	1.248.905
Cretores pela concessão	304.293	312.980	319.663
Receita diferida	960	126	1.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.608	32.570	21.903
Provisão para manutenção em rodovias	162.302	143.761	101.183
Provisão para investimentos em rodovias	29.101	42.136	57.974
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	5.645	8.488	7.512
Outras contas a pagar	8.186	8.769	2.359
Total do exigível a longo prazo	2.408.687	2.430.465	1.799.211
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	592.124	549.083	549.083
Reserva legal	41.093	41.093	26.640
Reserva de lucros	637.081	589.661	430.870
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	1.248.027	1.157.566	984.322
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.031.928	4.950.840	4.261.677

Comentário do Desempenho

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	2T11	1T11	2T10	Var% 2T11/1T11	Var% 2T11/2T10	1S11	1S10	Var% 1S11/1S10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	682.866	601.596	573.817	13,5%	19,0%	1.284.462	1.077.986	19,2%
Receitas de pedágio	453.868	434.337	390.204	4,5%	16,3%	888.205	756.345	17,4%
Estaduais	254.177	237.332	236.092	7,1%	7,7%	491.509	450.577	9,1%
Autovias	64.004	59.337	59.445	7,9%	7,7%	123.341	113.282	8,9%
Centrovias	62.277	59.521	56.335	4,6%	10,5%	121.799	110.359	10,4%
Intervias	70.788	65.239	66.940	8,5%	5,7%	136.027	126.219	7,8%
Vianorte	57.108	53.235	53.372	7,3%	7,0%	110.343	100.717	9,6%
Federais	199.691	197.005	154.112	1,4%	29,6%	396.696	305.768	29,7%
Planalto Sul	21.642	21.992	19.501	-1,6%	11,0%	43.634	37.579	16,1%
Fluminense	31.393	31.509	25.908	-0,4%	21,2%	62.902	52.733	19,3%
Fernão Dias	48.373	47.364	29.786	2,1%	62,4%	95.737	57.835	65,5%
Régis Bittencourt	60.066	59.150	49.319	1,5%	21,8%	119.216	97.356	22,5%
Litoral Sul	38.217	36.990	29.598	3,3%	29,1%	75.207	60.265	24,8%
Outras receitas	31.364	24.226	25.118	29,5%	24,9%	55.590	41.819	32,9%
Receitas de obras	197.634	143.033	158.495	38,2%	24,7%	340.667	279.822	21,7%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(45.112)	(42.258)	(38.271)	6,8%	17,9%	(87.370)	(72.897)	19,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	637.754	559.338	535.546	14,0%	19,1%	1.197.092	1.005.089	19,1%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(414.661)	(359.152)	(341.459)	15,5%	21,4%	(773.813)	(631.960)	22,4%
LUCRO BRUTO	223.093	200.186	194.087	11,4%	14,9%	423.279	373.129	13,4%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(36.963)	(35.735)	(35.794)	3,4%	3,3%	(72.698)	(71.108)	2,2%
Gerais e administrativas	(36.743)	(34.946)	(31.545)	5,1%	16,5%	(71.689)	(62.443)	14,8%
Remuneração da administração	(3.133)	(3.168)	(2.763)	-1,1%	13,4%	(6.301)	(5.641)	11,7%
Despesas tributárias	(906)	(291)	(711)	211,3%	27,4%	(1.197)	(1.736)	-31,0%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.033)	-	-	-	(4.067)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	3.819	2.670	1.258	43,0%	203,6%	6.489	2.779	133,5%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(51.598)	(60.665)	(56.025)	-14,9%	-7,9%	(112.263)	(104.955)	7,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	134.532	103.786	102.268	29,6%	31,5%	238.318	197.066	20,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(44.071)	(33.001)	(32.026)	33,5%	37,6%	(77.072)	(63.543)	21,3%
Corrente	(45.463)	(32.280)	(31.861)	40,8%	42,7%	(77.743)	(60.751)	28,0%
Diferido	1.392	(721)	(165)	-293,1%	-943,6%	671	(2.792)	-124,0%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	90.461	70.785	70.242	27,8%	28,8%	161.246	133.523	20,8%

Comentário do Desempenho

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	30/06/11	30/06/10
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	161.246	133.523
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	98.472	80.140
Amortização de ágio em investimentos	-	4.067
Baixas de ativos imobilizados	16.400	(514)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(671)	2.792
Varição monetária e juros sobre credores da concessão	20.181	28.669
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(4.933)	(510)
Juros e variações monetárias de empréstimos	32.086	98.764
Juros e variações monetárias de debêntures	117.708	6.370
Despesas financeira AVP	4.281	4.587
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(4.514)	144
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	18.243	3.392
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(9.035)	(6.897)
Contas a receber - partes relacionadas	(1)	(151)
Estoques	(1.911)	(1.340)
Despesas antecipadas	(10.155)	(3.194)
Impostos a recuperar	(1.066)	(984)
Outros créditos	1.107	(2.156)
Cauções contratuais	-	1
Depósitos judiciais	(814)	69
Outras contas a receber	6	21
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	21.794	(8.812)
Fornecedores - partes relacionadas	(11)	(69)
Cauções contratuais	782	2.298
Obrigações sociais	5.125	3.557
Obrigações fiscais	51.970	24.487
Imposto de renda e contribuição social pagos	(48.812)	(28.630)
Receita diferida	459	802
Outras contas a pagar	69.506	-
Credores pela concessão	7	76
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(59)	-
Pagamento de juros	(40.675)	(36.417)
Outros passivos	203	(1.664)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	496.918	302.421
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(6.908)	(9.402)
Adições ao intangível	(325.347)	(261.044)
Adiantamento para novos projetos	-	256
Aplicações financeiras vinculadas	(174.486)	(55.493)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	213.012	24.705
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(293.729)	(300.978)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	107.724	116.276
Pagamento de juros e principal	(249.838)	(876.844)
Pagamento de credores pela concessão	(28.327)	(27.191)
Pagamento de dividendos	(68.597)	(41.866)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(239.038)	543.229
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(35.849)	544.672
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.168.288	442.192
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.132.439	986.864

Comentário do Desempenho

GLOSSÁRIO

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A OHL Brasil administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A OHL Brasil administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no pára-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) é domiciliada na Rua Joaquim Floriano, 913 - 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As Informações Trimestrais - ITR da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2011 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo OHL” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infra-estrutura de transporte em geral.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

A emissão das ITR individuais e consolidadas foi aprovada pela diretoria em 10 de agosto de 2011.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 30 de junho de 2011 e de 2010, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Concessionárias Estaduais

- Autovias S.A. (“Autovias”)

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2. Iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant’anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35.
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhanguera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36.
- Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35, do lado direito, e entre o km 33 e o km 35, do lado esquerdo.

Notas Explicativas

- Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”)

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis, km 216,8, Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e de Itirapina a Bauru.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400.
 - Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.
- Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”)

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos - Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Artesp o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

Notas Explicativas

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 147 - Rodovia Engenheiro João Tosello

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi-Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi-Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191 - Rodovia Wilson Finardi

Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9 (Mogi-Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera) e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras/Rio Claro).

Na SP 352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o Estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª. readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165.225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42.300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

- Vianorte S.A. (“Vianorte”)

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/CIC/97 - Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 Avenida dos Bandeirantes.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 - Sertãozinho/ Bebedouro.
- Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 - Contorno Viário Sul.
- Construção de dispositivos de acessos/retornos.

Notas Explicativas

- Construção de passarelas entre o km 334 + 860 e o km 337 + 790 - Sertãozinho.
- Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 343 + 480.
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (entroncamento).
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345 + 100.

SP 330 Rodovia Anhanguera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra.
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366 + 150.
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319 + 650.

SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes

- Construção de passarela km 8+550;
- Construção de galeria de aço km 6+400;
- Construção de dispositivo km 8+300.

Em decorrência desses contratos de concessões, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 18, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

<u>Natureza dos custos</u>	30.06.2011				<u>Total</u>
	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	
	<u>Previsão de 2011 a 2018</u>	<u>Previsão de 2011 a 2019</u>	<u>Previsão de 2011 a 2028</u>	<u>Previsão de 2011 a 2018</u>	
Melhorias na infraestrutura	82.590	34.736	405.050	43.332	565.708
Conserva especial	<u>235.826</u>	<u>184.210</u>	<u>256.178</u>	<u>183.059</u>	<u>859.273</u>
	<u>318.416</u>	<u>218.946</u>	<u>661.228</u>	<u>226.391</u>	<u>1.424.981</u>

<u>Natureza dos custos</u>	31.12.2010				<u>Total</u>
	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	
	<u>Previsão de 2011 a 2018</u>	<u>Previsão de 2011 a 2019</u>	<u>Previsão de 2011 a 2028</u>	<u>Previsão de 2011 a 2018</u>	
Melhorias na infraestrutura	83.939	41.195	411.381	46.895	583.410
Conserva especial	<u>248.128</u>	<u>192.468</u>	<u>277.362</u>	<u>203.236</u>	<u>921.194</u>
	<u>332.067</u>	<u>233.663</u>	<u>688.743</u>	<u>250.131</u>	<u>1.504.604</u>

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Concessionárias Federais

- Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”)

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

Notas Explicativas

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
- 48,3 km de terceira faixa.
- 10,2 km de vias laterais.
- Construção de nove passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”)

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, 100 - Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia.
- 3,8 km de vias laterais.
- 28,3 km de variantes e contornos.
- Construção de 17 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio
- Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Notas Explicativas

- Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”)

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381 - MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15 de fevereiro de 2008, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - MG. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
 - 94,26 km de vias laterais.
 - 10,3 km de variantes/contornos.
 - Construção de 50 passarelas.
 - Construção de 8 praças de pedágio.
 - Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário.
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
 - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
 - Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
 - Implantação de 208,681m de defensas metálicas.
 - Implantação de 62,556m de barreiras de concreto.
 - Implantação de 1 retorno operacional.
- Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”)

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

Notas Explicativas

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 104,9 km de terceira faixa.
- 109,6 km de vias laterais.
- 23,6 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviço Operacional - BSOs.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Notas Explicativas

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro para a Fluminense e a Litoral Sul e no mês de dezembro para a Planalto Sul, a Fernão Dias e a Régis Bittencourt, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência de os modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagarão ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	39.997
Fluminense	2.665	57.746
Fernão Dias	7.916	172.174
Régis Bittencourt	8.436	182.782
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>139.186</u>
	<u>27.287</u>	<u>591.885</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

Notas Explicativas

- As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O registro de sociedade por ações de capital aberto foi concedido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2011, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

30.06.2011						
Natureza dos custos	Previsão de 2011 a 2033					Total
	Planalto		Fernão	Régis	Litoral	
	<u>Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Dias</u>	<u>Bittencourt</u>	<u>Sul</u>	
Melhorias na infraestrutura	260.844	623.903	423.524	1.039.261	722.222	3.069.754
Recuperações/Manutenções	<u>376.375</u>	<u>336.832</u>	<u>646.909</u>	<u>548.013</u>	<u>578.552</u>	<u>2.486.681</u>
Total	<u>637.219</u>	<u>960.735</u>	<u>1.070.433</u>	<u>1.587.274</u>	<u>1.300.774</u>	<u>5.556.435</u>

31.12.2010						
Natureza dos custos	Previsão de 2011 a 2033					Total
	Planalto		Fernão	Régis	Litoral	
	<u>Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Dias</u>	<u>Bittencourt</u>	<u>Sul</u>	
Melhorias na infraestrutura	273.427	635.500	451.150	1.076.915	757.778	3.194.770
Recuperações/Manutenções	<u>395.060</u>	<u>378.573</u>	<u>686.714</u>	<u>624.418</u>	<u>614.737</u>	<u>2.699.502</u>
Total	<u>668.487</u>	<u>1.014.073</u>	<u>1.137.864</u>	<u>1.701.333</u>	<u>1.372.515</u>	<u>5.894.272</u>

Referidas estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

Elaboramos as informações trimestrais intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as informações trimestrais intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As ITR individuais da controladora apresentam, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para as IFRSs. Dessa forma, essas ITR individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As ITR individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As ITR individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das ITR exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas ITR individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras das empresas do Grupo OHL. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas ITR individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade e por suas controladas na elaboração das ITR são:

4.1. Base de consolidação

Combinações de negócios

Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Sociedade mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente como resultado do período.

Para cada combinação de negócios a Sociedade escolhe se irá mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo ou pela sua proporcionalidade sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação incorridos em uma combinação de negócios, que não sejam associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2011 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para as IFRSs e os CPCs, a Sociedade optou por não rerepresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos no item 4.5.

Notas Explicativas

Princípios de consolidação

As ITR consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Capital total/votante</u>	
		<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Autovias	Brasil	100%	100%
Centrovias	Brasil	100%	100%
Intervias	Brasil	100%	100%
Vianorte (indiretamente)	Brasil	100%	100%
Planalto Sul	Brasil	100%	100%
Fluminense	Brasil	100%	100%
Fernão Dias	Brasil	100%	100%
Régis Bittencourt	Brasil	100%	100%
Litoral Sul	Brasil	100%	100%
Latina Manutenção (a)	Brasil	100%	100%
Paulista (b)	Brasil	100%	100%
Latina Sinalização (c)	Brasil	100%	100%

- (a) A Latina Manutenção, constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.
- (b) A Paulista, constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de fiscalização e administração de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.
- (c) A Latina Sinalização, constituída em 2008, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009.

A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgados na nota explicativa nº 2.

Notas Explicativas

4.2. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativo não circulante.

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os saldos desses ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

b) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas ITR. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.4. Ativo diferido

O CPC 43 (R1) determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, esses saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRSs).

Notas Explicativas

4.5. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas ITR consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada período, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda, se houver. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

4.7. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.8. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 19.

As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do período. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

Notas Explicativas

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 8.

4.10. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.11. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 20.

Notas Explicativas

4.12. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada através da aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 30 de junho de 2011 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 30 de junho de 2011 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 30 de junho de 2011 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Provisão para investimentos - real	37.884	9.783
Provisão para investimentos a valor presente	<u>36.455</u>	<u>9.474</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.429</u>	<u>309</u>
Provisão para manutenção - real	47.519	40.035
Provisão para manutenção a valor presente	<u>46.470</u>	<u>38.990</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.049</u>	<u>1.045</u>

Notas Explicativas

<u>Circulantes</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Credores pela concessão - real (*)	64.881	61.101
Credores pela concessão a valor presente (*)	<u>63.273</u>	<u>59.639</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.608</u>	<u>1.462</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimentos - real	31.730	59.861
Provisão para investimentos a valor presente	<u>29.101</u>	<u>54.840</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.629</u>	<u>5.021</u>
Provisão para manutenção - real	196.612	150.632
Provisão para manutenção a valor presente	<u>162.302</u>	<u>124.331</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>34.310</u>	<u>26.301</u>
Credores pela concessão - real	369.254	387.968
Credores pela concessão a valor presente	<u>304.293</u>	<u>316.066</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>64.961</u>	<u>71.902</u>

(*) Incluem a parcela variável.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

4.13. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando o Grupo OHL presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.14. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e de pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo somatório estiver incluído na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como um passivo na rubrica “Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser uma obrigação contratual prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 21

Notas Explicativas

4.16. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas ITR individuais e como informação suplementar às ITR consolidadas, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRSs.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das ITR e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.17. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela diretoria da Sociedade.

4.18. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

A Sociedade não adotou as IFRSs a seguir, emitidas pelo IASB e ainda não editadas no Brasil pelo CPC.

As principais modificações e expectativas da Administração estão descritas a seguir:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração espera que a adoção dessa norma não tenha efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Sociedade. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada uma revisão detalhada de sua aplicação.

Notas Explicativas

IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40): aumenta as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém, se o transferidor retém certo nível de exposição o item continua em seu ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração não espera que essas modificações tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Sociedade relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas. No entanto, caso a Sociedade realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39): aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Sociedade não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modificações. No entanto, caso a Sociedade adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações na IAS 32 e no CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - “Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar seu valor contábil através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - “Investment Property”, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC 21 - “Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets” não será mais aplicável às propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente nos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

IFRS 1: eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 - “First-time Adoption of International Financial Reporting Standards”, que trata da eliminação de datas fixas para sua adoção inicial. As modificações substituem a data fixa de 1º de janeiro de 2004 para uma data de transição, de forma que a adoção inicial das IFRSs não tenha aplicação dos requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs, novas e revisadas, apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM em manter atualizado o conjunto de normas emitido no Brasil com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e contas bancárias	210	477	15.777	21.336
Aplicações financeiras (*)	<u>12.303</u>	<u>76.429</u>	<u>1.116.662</u>	<u>1.146.952</u>
Total	<u>12.513</u>	<u>76.906</u>	<u>1.132.439</u>	<u>1.168.288</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	-	21.463	69.022
Debêntures	-	-	-	1.518
Fundos de investimentos	12.303	76.429	1.095.199	1.069.412
Letras de Crédito do Agronegócio - LCAs	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.000</u>
Total	<u>12.303</u>	<u>76.429</u>	<u>1.116.662</u>	<u>1.146.952</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 102% da variação do CDI no período, durante o primeiro semestre de 2011.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	85.567	77.800
Cupons de pedágio a receber	5.449	3.400
Cartões de pedágio a receber	1.059	977
Receitas acessórias a receber	270	690
Outras	<u>1.118</u>	<u>1.561</u>
	<u>93.463</u>	<u>84.428</u>

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(*) conforme nota explicativa nº 28c.

Notas Explicativas

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Seguros	76	28	14.725	4.731
Adiantamento a fornecedores	286	102	1.044	399
Outros	<u>110</u>	<u>-</u>	<u>250</u>	<u>734</u>
	<u>472</u>	<u>130</u>	<u>16.019</u>	<u>5.864</u>
Circulante	472	130	16.016	5.702
Não circulante		-	3	162

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	31.275	32.153
Provisão de participação nos lucros	2.298	3.788
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	4.017	10.589
Direito de concessão incorporado (c)	6.775	6.231
Mudança de prática contábil (d)	1.054	7.175
Ágio incorporado da SPR (e)	28.777	32.715
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):		
Provisão para manutenção	173.086	139.370
Provisão para investimentos	2.755	2.688
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	31.765	21.709
Ajuste dos encargos financeiros	3.575	2.851
Base de cálculo	285.377	259.269
Alíquota real em 30 de junho de 2011	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>97.028</u>	<u>88.151</u>
Bases do passivo diferido:		
Ajustes de leasing financeiro	136	143
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (f)	18.262	19.918
Amortização do direito de outorga incorporado (g)	25.331	20.263
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h):		
Provisão para manutenção	(33.706)	(22.793)
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	107.009	74.422
Ajuste dos encargos financeiros	<u>(9.362)</u>	<u>(8.417)</u>
Base de cálculo	107.670	83.536
Alíquota real em 30 de junho de 2011	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>36.608</u>	<u>28.402</u>

Notas Explicativas

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de dez anos de realização, conforme a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (d) Mudança de prática contábil relacionada à adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente.
- (e) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do processo de incorporação da controladora SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela controladora no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010.
- (f) Sobre o ajuste a valor presente do direito de outorga, conforme a nota explicativa nº 19.
- (g) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (h) Imposto de renda e contribuição social diferidos calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRSs.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2011	9.475	1.312
2012	9.980	1.731
2013	10.075	1.751
2014	10.483	1.777
Acima de 2014	<u>57.015</u>	<u>30.037</u>
	<u>97.028</u>	<u>36.608</u>

Notas Explicativas

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.839	5.453	9.271	7.627
IRRF sobre aplicações financeiras	886	1.207	10.185	8.221
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	2.193	42	2.193	42
IRRF sobre mútuo	-	2.068	607	3.256
PIS e COFINS a recuperar	-	51	2.457	58
IRRF sobre serviços de terceiros	1	1	1.507	1.170
Outros impostos a recuperar	<u>13</u>	<u>6</u>	<u>576</u>	<u>4.306</u>
Total	<u>9.932</u>	<u>8.828</u>	<u>26.796</u>	<u>24.680</u>

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

As controladas da sociedade mantêm aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referente a empréstimos e financiamentos, abaixo breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Siking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 30 de junho de 2011, essas aplicações foram remuneradas entre 100% e 100,8% da variação do CDI.

BNDES

As controladas da Sociedade devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 30 de junho de 2011, essas aplicações foram remuneradas em média a 98% da variação do CDI.

Em 30 de junho de 2011, os valores dessas aplicações são como segue:

	<u>30.06.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Debêntures	40.003	52	96.875	301
BNDES	<u>-</u>	<u>22.478</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>40.003</u>	<u>22.530</u>	<u>96.875</u>	<u>301</u>

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

ITR individuais - controladora

Os saldos dos investimentos em controladas em 30 de junho de 2011 estão assim representados:

	30.06.2011						
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	154.221	746.569	592.348	114.453	25.768
Centrovias	101.483.834	100%	125.062	641.396	516.334	116.462	23.852
Intervias	4.352.285	100%	201.722	903.785	702.063	134.544	37.818
Vianorte	1.132.038	100%	110.051	657.190	547.139	105.333	-1.086
Planalto Sul	71.120.381	100%	75.794	284.076	208.282	78.716	2.294
Fluminense	65.196.208	100%	81.254	354.078	272.824	91.986	7.844
Fernão Dias	228.001.000	100%	212.911	659.280	446.369	166.763	6.636
Régis Bittencourt	109.747.902	100%	193.535	785.156	591.621	216.511	26.185
Litoral Sul	93.057.926	100%	107.442	475.365	367.923	130.432	9.019
Paulista (*)	500.000	100%	2.802	12.084	9.282	28.879	3.093
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	19.407	75.063	55.656	129.016	14.318
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	4.297	7.908	3.611	12.923	1.456

(*) Cotas.

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2010 estão assim representados:

	31.12.2010						
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo total</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100	148.083	779.246	631.163	229.038	55.144
Centrovias	105.423.237	100	102.884	655.860	552.976	250.223	56.967
Intervias	4.352.285	100	197.474	933.858	736.384	269.001	84.858
Vianorte	1.132.038	100	111.137	670.386	559.249	210.453	19.604
Planalto Sul	35.001.003	100	36.034	235.640	199.606	136.370	2.639
Fluminense	63.001.003	100	70.938	323.749	252.811	156.612	14.472
Fernão Dias	213.001.003	100	191.275	595.948	404.673	303.684	(8.729)
Régis Bittencourt	85.793.000	100	130.216	652.994	522.778	340.915	38.107
Litoral Sul	51.001.000	100	52.848	380.697	327.849	216.443	12.638
SPR	-	100	-	-	-	-	13.885
Paulista (*)	500.000	100	3.709	11.791	8.082	50.151	6.661
Latina Manutenção (*)	250.000	100	11.089	54.610	43.521	190.250	13.756
Latina Sinalização (*)	250.000	100	4.841	8.500	3.659	27.418	5.367

(*) Cotas.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de investimentos no período findo em 30 de junho de 2011 é como segue:

	Saldo em <u>31.12.2010</u>	Aporte (redução) <u>de capital</u>	Juros sobre o capital próprio/ <u>dividendos</u>	Equivalência patrimonial - lucro (prejuízo) <u>do período</u>	Saldos em <u>30.06.2011</u>
Autovias	148.083		(19.630)	25.768	154.221
Centrovias	102.884	-	(1.674)	23.852	125.062
Intervias	197.474	-	(33.570)	37.818	201.722
Vianorte (*)	111.137	-	-	(1.086)	110.051
Planalto Sul	36.034	37.466	-	2.294	75.794
Fluminense	70.938	2.472	-	7.844	81.254
Fernão Dias	191.275	15.000	-	6.636	212.911
Régis Bittencourt	130.216	37.134	-	26.185	193.535
Litoral Sul	52.848	45.575	-	9.019	107.442
Paulista	3.709	-	(4.000)	3.093	2.802
Latina Manutenção	11.089	-	(6.000)	14.318	19.407
Latina Sinalização	4.841	250	(2.250)	1.456	4.297
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
Total	<u>1.061.581</u>	<u>137.897</u>	<u>(67.124)</u>	<u>157.197</u>	<u>1.289.551</u>

A movimentação dos saldos de investimentos em 30 de junho de 2010 é como segue:

	Saldo em <u>31.12.2009</u>	Aporte (redução) <u>de capital</u>	Juros sobre o capital próprio / <u>dividendos</u>	Equiv. patrimonial Lucro (prejuízo) <u>do semestre</u>	Saldos em <u>30.06.2010</u>
Autovias	153.209	-	(21.724)	27.938	159.423
Centrovias	86.357	-	(17.974)	26.930	95.313
Intervias	148.535	-	(20.101)	43.331	171.765
Planalto Sul	23.717	-	-	1.671	25.388
Fluminense	58.938	-	-	6.361	65.299
Fernão Dias	55.004	70.000	-	(5.588)	119.416
Régis Bittencourt	99.367	1.792	-	18.717	119.876
Litoral Sul	40.785	-	-	4.717	45.502
SPR (a)	222.362	(55.000)	(2.824)	(1.726)	162.812
Paulista	5.348	-	(2.800)	1.329	3.877
Latina Manutenção	14.133	-	(13.800)	7.493	7.826
Latina Sinalização	5.674	-	(2.700)	1.827	4.801
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
Total	<u>914.482</u>	<u>16.792</u>	<u>(81.923)</u>	<u>133.000</u>	<u>982.351</u>

(*) Incluso ajustes trazidos pelo ICPC01 / IFRS

Notas Explicativas**12. IMOBILIZADO**

Os saldos em 30 de junho de 2011 são como segue:

	Controladora					Total
	Móveis, utensílios e instalações	Edifícios	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	Terrenos	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 31.12.2010	2.156	2.782	1.719	1.583	586	8.826
Adições	100	-	63	19	-	182
Alienações/baixas	(18)	-	-	(79)	-	(97)
Saldo em 30.06.2011	<u>2.238</u>	<u>2.782</u>	<u>1.782</u>	<u>1.523</u>	<u>586</u>	<u>8.911</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2010	(659)	(728)	(1.212)	(551)	-	(3.150)
Depreciações/amortizações	(107)	(56)	(128)	(146)	-	(437)
Alienações/baixas	5	-	-	30	-	35
Saldo em 30.06.2011	<u>(761)</u>	<u>(784)</u>	<u>(1.340)</u>	<u>(667)</u>	<u>-</u>	<u>(3.552)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2010	1.497	2.054	507	1.032	586	5.676
Saldo em 30.06.2011	1.477	1.998	442	856	586	5.359

Os saldos em 30 de junho de 2010 são como segue:

	Controladora				
	Móveis Utensílios e Instalações	Edifícios	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>					
Saldo em 31.12.2009	1.735	2.782	1.436	984	6.937
Adições	291	-	295	613	1.199
Alienações/baixas	(29)	-	(13)	-	(42)
Saldo em 30.06.2010	<u>1.997</u>	<u>2.782</u>	<u>1.718</u>	<u>1.597</u>	<u>8.094</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2009	(463)	(617)	(923)	(292)	(2.295)
Depreciações/amortizações	(94)	(56)	(168)	(113)	(431)
Alienações/baixas	-	-	-	1	1
Saldo em 30.06.2010	<u>(557)</u>	<u>(673)</u>	<u>(1.091)</u>	<u>(404)</u>	<u>(2.725)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2009	1.272	2.165	513	692	4.642
Saldo em 30.06.2010	1.440	2.109	627	1.193	5.369

Notas Explicativas

Os saldos de 30 de junho de 2011 são como segue:

	Consolidado										Total	
	Móveis, utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e beneficentárias	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento		
Custo do imobilizado bruto												
Saldo em 31.12.2010	7.665	9.459	2.221	5.283	13.663	7.754	586	16.356	1.676	1.061	65.724	
Adições	841	943	438	504	1.759	173	-	2.284	20	3.056	10.018	
Transferências	12	11	(11)	(15)	1.092	1.048	-	1.958	(4.117)	2	2	
Alienações/baixas	(28)	(94)	-	-	(112)	-	-	-	(79)	-	(313)	
Saldo em 30.06.2011	<u>8.490</u>	<u>10.319</u>	<u>2.648</u>	<u>5.772</u>	<u>16.402</u>	<u>8.975</u>	<u>586</u>	<u>20.598</u>	<u>1.617</u>	<u>-</u>	<u>75.431</u>	
Depreciação acumulada												
Saldo em 31.12.2010	(1.883)	(4.862)	(1.305)	(2.626)	(3.366)	(886)	-	(2.115)	(567)	-	(17.610)	
Depreciações/amortizações	(399)	(417)	(158)	(506)	(1.299)	(205)	-	(1.170)	(148)	-	(4.302)	
Transferências	1	-	-	(16)	(1)	-	-	17-	-	-	-	
Alienações/baixas	14	90	-	-	49	-	-	-	30	-	183	
Saldo em 30.06.2011	<u>(2.267)</u>	<u>(5.189)</u>	<u>(1.463)</u>	<u>(3.148)</u>	<u>(4.617)</u>	<u>(1.091)</u>	<u>-</u>	<u>(3.268)</u>	<u>(685)</u>	<u>-</u>	<u>(21.729)</u>	
Imobilizado líquido												
Saldo em 31.12.2010	5.782	4.597	916	2.657	10.297	6.868	586	14.241	1.109	1.061	48.114	
Saldo em 30.06.2011	6.223	5.130	1.185	2.624	11.785	7.884	586	17.330	932	-	53.702	
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	-	15	20	-	-	

Notas Explicativas

Os saldos de 30 de junho de 2010 são como segue:

	Consolidado										Total	
	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento			
<u>Custo do imobilizado bruto</u>												
Saldo em 01.01.2009	2.724	7.859	1.155	3.602	3.970	4.003	3.442	1.546	1.276	29.577		
Adições	2.932	2.142	732	1.311	2.068	19	2.933	864	37	13.038		
Transferências	1.113	(80)	36	(452)	-	-	-	(1.306)	(1.311)	(2.000)		
Alienações/baixas	(18)	(681)	(22)	-	(159)	-	-	(93)	-	(973)		
Saldo em 31.12.2009	6.751	9.240	1.901	4.461	5.879	4.022	6.375	1.011	2	39.642		
Adições	520	608	304	647	5.099	320	368	646	501	9.013		
Transferências	155	(585)	-	1	(83)	318	-	-	(501)	(695)		
Alienações/baixas	(48)	(349)	(19)	(35)	(293)	-	-	-	-	(744)		
Saldo em 30.06.2010	7.378	8.914	2.186	5.074	10.602	4.660	6.743	1.657	2	47.216		
<u>Depreciação acumulada</u>												
Saldo em 01.01.2009	(689)	(3.437)	(641)	(924)	(725)	(524)	(711)	(221)	-	(7.872)		
Depreciações/amortizações	(407)	(1.069)	(332)	(762)	(1.214)	(240)	(583)	(154)	-	(4.761)		
Transferências	-	(56)	-	40	-	-	(509)	-	-	(525)		
Alienações/baixas	14	447	1	-	121	-	530	74	-	1.187		
Saldo em 31.12.2009	(1.082)	(4.115)	(972)	(1.646)	(1.818)	(764)	(1.273)	(301)	-	(11.971)		
Depreciações/amortizações	(424)	(513)	(188)	(470)	(976)	2	(321)	(119)	-	(3.009)		
Transferências	-	(59)	-	-	-	-	-	-	-	(59)		
Alienações/baixas	6	301	-	-	181	-	-	(1)	-	489		
Saldo em 30.06.2010	(1.500)	(4.386)	(1.160)	(2.116)	(2.613)	(762)	(1.594)	(419)	-	(14.550)		
<u>Imobilizado líquido:</u>												
Saldo em 01.01.2009	2.035	4.422	514	2.678	3.245	3.479	2.731	1.325	1.276	21.705		
Saldo em 31.12.2009	5.669	5.125	929	2.815	4.061	3.258	5.102	710	2	27.671		
Saldo em 30.06.2010	5.878	4.528	1.026	2.958	7.989	3.898	5.149	1.238	2	32.666		
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	15	20	-	-		

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de junho de 2011 é como segue:

<u>Controladora</u>	<u>Softwares</u>
Custo do intangível:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	645
Adições	<u>57</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>702</u>
Amortização acumulada:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(292)
Amortização	<u>(62)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>(354)</u>
Intangível líquido:	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	353
Saldo em 30 de junho de 2011	348

A movimentação em 30 de junho de 2010 é como segue:

<u>Controladora</u>	<u>Softwares</u>
Custo do intangível:	
Saldo em 31.12.2009	504
Adições	<u>123</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>627</u>
Amortização acumulada:	
Saldo em 31.12.2009	(179)
Amortização	<u>(54)</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>(233)</u>
Intangível líquido:	
Saldo em 01.01.2009	231
Saldo em 30.06.2010	394

Notas Explicativas

A movimentação em 30 de junho de 2011 é como segue:

	Consolidado							
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Direito de exploração (d)	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2010	3.831.616	351.939	130.144	12.320	9.997	253.865	6.155	4.596.036
Adições	177.698	-	-	865	-	170.078	5.277	353.918
Transferências/incorporação	51.632	-	-	(1)	-	(51.564)	(67)	-
Alienações/baixas	<u>(2.906)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(14.560)</u>	<u>-</u>	<u>(17.467)</u>
Saldo em 30.06.2011	<u>4.058.040</u>	<u>351.939</u>	<u>130.144</u>	<u>13.183</u>	<u>9.997</u>	<u>357.819</u>	<u>11.365</u>	<u>4.932.487</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2010	(1.128.615)	(144.926)	(34.538)	(6.377)	-	-	-	(1.314.456)
Amortização	(77.207)	(11.692)	(4.389)	(699)	(183)	-	-	(94.170)
Transferências	4.205	(1.347)	(2.839)	(19)	-	-	-	-
Alienações/baixas	<u>1.197</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.197</u>
Saldo em 30.06.2011	<u>(1.200.420)</u>	<u>(157.965)</u>	<u>(41.766)</u>	<u>(7.095)</u>	<u>(183)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.407.429)</u>
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2010	2.703.001	207.013	95.606	5.943	9.997	253.865	6.155	3.281.580
Saldo em 30.06.2011	2.857.620	193.974	88.378	6.088	9.814	357.819	11.365	3.525.058

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

(c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em períodos anteriores essa rubrica era denominada “Agio incorporado”. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

(d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaise a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo OHL e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

A movimentação em 30 de junho de 2010 é como segue:

	Consolidado							Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Ágio na aquisição Vianorte/SPR (d)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2009	3.294.647	351.939	69.818	74.560	11.105	167.536	11.607	3.981.212
Adições	154.423	-	-	-	678	120.407	3.335	278.843
Transferências / Incorporação	38.773	-	-	-	-	(37.379)	(699)	695
Alienações/baixas	(1.533)	-	-	-	-	(328)	-	(1.861)
Saldo em 30.06.2010	<u>3.486.310</u>	<u>351.939</u>	<u>69.818</u>	<u>74.560</u>	<u>11.783</u>	<u>250.236</u>	<u>14.243</u>	<u>4.258.889</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2009	(989.665)	(119.375)	(32.140)	(8.133)	(5.120)	-	-	(1.154.433)
Amortização	(62.362)	(12.888)	(1.183)	(4.067)	(698)	-	-	(81.198)
Transferências	-	-	-	-	57	-	-	57
Alienações/baixas	841	-	-	-	-	-	-	841
Saldo em 30.06.2010	<u>(1.051.186)</u>	<u>(132.363)</u>	<u>(33.323)</u>	<u>(12.200)</u>	<u>(5.759)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.234.731)</u>
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2009	2.304.982	232.564	37.678	66.427	5.985	167.536	11.607	2.826.779
Saldo em 30.06.2010	2.435.124	219.676	36.495	62.360	6.022	250.234	14.243	3.024.156

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,8% a.a. a 7,5% a.a.	565.357	923.910
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,18% a.a. a 7,75% a.a.	9.139	9.930
Leasing (c)	CDI + 1,52% a.a. a 1,87% a.a.	<u>5.058</u>	<u>4.438</u>
		579.554	938.278
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 7,5% a.a.	479.034	17.120
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,18% a.a. a 7,75% a.a.	7.034	10.914
Leasing (c)	CDI + 1,52% a.a. a 1,87% a.a.	<u>16.458</u>	<u>14.724</u>
		502.526	42.758
		<u>1.082.080</u>	<u>981.036</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.
- (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens.

Em 30 de junho de 2011 as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2012 (a partir de julho)	21.870
2013	38.383
2014	35.253
2015	33.412
Após 2015	<u>373.608</u>
	<u>502.526</u>

Os contratos das concessionárias federais com o BNDES possuem cláusulas restritivas que podem implicar vencimento antecipado. As principais restrições são:

- Manter situação regular com suas obrigações perante os órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real, em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES.
- Inadimplemento de qualquer obrigação das Sociedades ou de sua controladora.

Notas Explicativas

- Não alterar o controle efetivo das Sociedades após a contratação da operação sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução do quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista

- Não incluir as concessionárias em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e das concessionárias para venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação de empréstimo.
- Manter o índice consolidado trimestral da razão entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado menor ou igual a 5 e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.

No primeiro trimestre de 2011, a Régis Bittencourt e a Planalto Sul assinaram contratos com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esses contratos possuem cláusulas restritivas que podem implicar vencimento antecipado. As principais restrições são as seguintes:

Da Sociedade

- a) Cumprir, no que couber, até a final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as “disposições aplicáveis aos contratos do BNDES”, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº 878, de 4 de setembro de 1996, pela Resolução nº 894, de 6 de março de 1997, pela Resolução nº 927, de 1º de abril de 1998, pela Resolução nº 976, de 24 de setembro de 2001, pela Resolução nº 1.571, de 4 de março de 2008, e pela Resolução nº 1.832, de 15 de setembro de 2009, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 8 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998, 31 de outubro de 2001, 25 de março de 2008 e 6 de novembro de 2009, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à Sociedade, a qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo dele, declara

Notas Explicativas

aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos.

- b) Utilizar o total do crédito nos prazos mencionados nas alíneas a seguir, a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro:
 - a) Para a Categoria de Crédito “A”, em até 9 (nove) meses.
 - b) Para a Categoria de Crédito “B”, até 31 de dezembro de 2013.
- c) Apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente deste Contrato, a Licença de Operação do projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
- d) Na hipótese de ocorrer, em virtude do projeto de financiamento, a redução do quadro de pessoal da Sociedade durante o período de vigência do presente Contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão.
- e) Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de financiamento.
- f) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato de Financiamento.
- g) Observar, durante o período de vigência do Contrato de Financiamento, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.
- h) Comunicar ao BNDES, na data do evento, o nome e o CPF/MF de pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a).
- i) Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) dado(s) em garantia ao BNDES.
- j) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do contrato de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.

Notas Explicativas

- a) A Sociedade deverá notificar o BNDES no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data do trânsito em julgado do procedimento administrativo para aplicação da referida multa.
- b) Para efeitos de aplicação de multa, caso seja esta a sanção a ser atribuída ao inadimplemento do inciso X desta Cláusula, o BNDES considerará o período no qual a Sociedade esteve inadimplente perante a ANTT.
- k) Apresentar trimestralmente, ao BNDES, lista atualizada contendo o status de todos os Autos de Infração - AIs e Notificações de Infração - NIs expedidos pela ANTT, nos moldes da sua Resolução nº 2.689, de 13 de maio de 2008, ou a que vier a lhe substituir, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES.
- l) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação deste Contrato, balanço auditado por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- m) Apresentar trimestralmente, ao BNDES, os respectivos balancetes mensais, até a final liquidação do presente Contrato, incluindo movimento de receitas e despesas da Sociedade e da exploração do pedágio.
 - a) A periodicidade de apresentação do balancete poderá ser alterada, ao exclusivo critério do BNDES.
- n) Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, durante a realização do projeto de financiamento, observado o disposto no inciso XX desta Cláusula, exceto no caso de expressa anuência do BNDES.
- o) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência do presente Contrato.
- p) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- q) Não apresentar - sem prévia e expressa autorização do BNDES - saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, a ser auferido pelas apurações estipuladas nos incisos XI e XIII desta Cláusula, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta Condição Geral:
 - a) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada no inciso XI desta Cláusula, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
 - b) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.

Notas Explicativas

- c) Ficam excluídos do cômputo a que se refere a alínea “a” anterior os valores referentes:
1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade.
 2. Aos mútuos concedidos à Sociedade por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas), conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo.
 3. Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente deste Contrato.
 - a) Para fazer jus a qualquer destas exclusões indicadas na alínea “c” anterior, a Sociedade deverá segregar tais valores em todas as demonstrações que forem remetidas ao BNDES, nos termos dos incisos XI e XIII (com a alínea “a”) desta Cláusula.
- r) Apresentar trimestralmente, durante o período de utilização do crédito, relatório físico-financeiro de andamento do projeto, com dados mensais, fazendo constar da relação dos pagamentos efetuados no período, de acordo com os itens do Quadro de Usos e Fontes, posição atualizada do cronograma de execução físico-financeira e principais eventos ocorridos.
- s) Comunicar ao BNDES a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de tutela de urgência e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e o ajuizamento de outras ações que possam acarretar efeito adverso para o projeto mencionado na Cláusula Primeira, em especial, mas não se limitando, em relação à Ação Civil Pública nº 0022082-63.2005.403.6100, tramitando perante o Juízo Federal da 10ª Vara Cível da Seção Judiciária de São Paulo, à Ação Civil Pública nº 2007.70.00.028105-8, tramitando perante o Juízo Federal da 3ª Vara Cível de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, e às ações indicadas no item nº 21.3 do contrato de concessão, sendo tal comunicação efetuada mediante a apresentação de declaração da própria Sociedade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que a Sociedade teve conhecimento da existência de tal ação, recurso ou decisão judicial, podendo, ainda, o BNDES exigir a apresentação de Certidões Cartorárias dos respectivos juízos.
- t) Observado o disposto no inciso XIV desta Cláusula, não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos indicados no item “2”, alínea “c”, inciso XVII desta Cláusula, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado com base nas apurações estipuladas no inciso XI desta Cláusula, de acordo com a seguinte fórmula:

Notas Explicativas

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

<u>Geração de Caixa da Atividade</u>	<u>Serviço da Dívida</u>	<u>EBITDA</u>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- u) Além das hipóteses de vencimento legal, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- Inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou do Interveniante.
 - Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Sociedade pertença.
 - O controle efetivo, direto ou indireto, da Sociedade sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES.
 - Ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.
 - A redução do quadro de pessoal da Sociedade sem atendimento ao disposto no inciso IV da Cláusula Nona.
 - A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
 - A inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Sociedade, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes dessa operação.
 - A falsidade da declaração firmada pela Sociedade em [dia, mês (por extenso) e ano], previamente à contratação, que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES.
 - A constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) dado(s) em garantia ao BNDES na Cláusula Sétima.
 - A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão.
 - O descumprimento da obrigação estabelecida no inciso XX.
 - A intencional falsidade de informações prestadas por meio dos balancetes previstos no inciso XIII, especialmente no que tange a empréstimos contratados.

Notas Explicativas

- v) Verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Sociedade, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.
- w) Manter a cessão fiduciária ora constituída, bem como todas as autorizações e obrigações aqui previstas, sempre em pleno vigor, válidas e eficazes, e reforçar, substituir, repor ou complementar a presente garantia, com outras garantias relativas ao contrato de financiamento, se os direitos cedidos forem objeto de penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa.
- x) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou a sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expreso consentimento do BNDES.
- y) Defender-se, como também defender os direitos do BNDES, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar este Contrato, sendo a única responsável por quaisquer reclamações ou ações que possam invalidar ou prejudicar os direitos cedidos ou o direito real de garantia dado ao BNDES por meio do presente instrumento.
- z) Manter o BNDES indene de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias) decorrentes do contrato que sejam: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento de todos os tributos eventualmente incidentes ou devidos relativamente a qualquer parte dos direitos cedidos; (ii) referentes ou resultantes de qualquer violação, de quaisquer declarações ou compromissos da cedente contidos no contrato; ou (iii) referentes à criação e à formalização, pela cedente, do gravame aqui previsto.
- aa) Mediante solicitação por escrito do BNDES, praticar, exclusivamente às suas custas, todos os atos, bem como assinar todo e qualquer documento necessário à manutenção dos direitos previstos no contrato que não impliquem assunção de qualquer obrigação adicional ou ampliação de obrigação existente ou, ainda, extinção de direitos assegurados no contrato de financiamento ou outro instrumento aplicável, exceto se assim acordado com o BNDES.
- bb) Indenizar o BNDES, seus diretores, empregados, assessores, sociedades afiliadas, coligadas, controladoras e controladas por todos e quaisquer custos e desembolsos, de qualquer tipo ou natureza, que venham a ser comprovadamente incorridos ou julgados contra eles e que sejam de alguma forma relacionados ou originados do contrato, bem como tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários para a formalização e, se for o caso, excussão, do contrato de cessão fiduciária, obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar a fim de possibilitar o bom exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos no contrato.
- cc) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.
- dd) Fornecer, em até 5 (cinco) dias úteis, quando assim solicitado, qualquer informação ou documento adicional que o BNDES possa vir a solicitar relativamente aos direitos cedidos.

Notas Explicativas

- ee) Expressamente renunciar a qualquer prerrogativa legal ou dispositivo contratual com terceiros contrário à instituição da cessão fiduciária sobre os direitos cedidos, de acordo com o contrato de financiamento, ou que possam prejudicar o exercício de quaisquer direitos do BNDES ou impedir a Sociedade de cumprir as obrigações contratuais contraídas no contrato de financiamento.
- ff) Contratar, se solicitado pelo BNDES, Auditoria Independente, às suas expensas, para realizar a aferição do tráfego, devendo a empresa ser submetida à prévia aprovação do BNDES, bem como remeter relatórios nos quais sejam especificados os montantes arrecadados para cada modalidade de cobrança e forma de pagamento, conforme definido no contrato de concessão.

Do acionista

- I. Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da beneficiária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Sociedade ou em transferência do controle acionário da Sociedade, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da Sociedade, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
- II. Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Sociedade, de dispositivo que importe em:
 - a) Restrições à capacidade de crescimento da Sociedade ou ao seu desenvolvimento tecnológico.
 - b) Restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- III. Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- IV. Tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da presente operação.
- V. Substituir ou reforçar a garantia real caso esta fique abaixo do mínimo de 130% (cento e trinta por cento) do valor da dívida, exceto se regulamento específico estabelecer índice diverso para as operações por ele regidas.
- VI. Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da Sociedade, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- VII. Manter, durante a vigência do presente Contrato, suas atuais participações no capital social da beneficiária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da beneficiária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- VIII. Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do presente Contrato, a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.
- IX. Na hipótese de extinção do contrato de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da Sociedade ou ainda por falência ou recuperação judicial da Sociedade, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento)

Notas Explicativas

do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término do contrato de concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, as intervenientes deverão pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

- a) Caso a indenização a que se refere o inciso IX desta Cláusula não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado o aludido prazo.
- X. Na hipótese de extinção do contrato de concessão por acordo entre as partes, pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor ao BNDES, em até 60 (sessenta) dias a contar do término do contrato de concessão, independentemente do recebimento de eventual indenização.
- XI. Na hipótese de extinção do contrato de concessão a qualquer título, por determinação judicial, pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor ao BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar da data do trânsito em julgado da sentença que houver determinado o fim do referido contrato.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

A Sociedade e suas controladas cumpriram as cláusulas restritivas contidas nos contratos de empréstimos e financiamentos nas datas das ITR.

A Sociedade e suas controladas estão em processo de estruturação de operação financeira de longo prazo com o objetivo de liquidar os empréstimos a curto prazo.

15. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	30.06.2011		31.12.2010	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Autovias:							
1ª série (a)	285.000	CDI + 1,6% a.a.	Mar./2015	68.358	184.418	68.647	217.945
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	2.968	129.862	7.940	124.775
2ª emissão (b)	<u>1.000</u>	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	<u>19.051</u>	<u>82.354</u>	<u>7.249</u>	<u>94.118</u>
	<u>406.000</u>			90.377	396.634	83.836	436.838
Custo de transação				<u>(1.065)</u>	<u>(1.958)</u>	<u>(1.160)</u>	<u>(2.462)</u>
				<u>89.312</u>	<u>394.676</u>	<u>82.676</u>	<u>434.376</u>
Centrovias:							
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	68.640	185.150	68.933	218.810
2ª série (a)	<u>120.000</u>	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	<u>2.968</u>	<u>129.860</u>	<u>7.940</u>	<u>124.774</u>
	<u>406.131</u>			71.608	315.010	76.873	343.584
Custo de transação				<u>(869)</u>	<u>(1.645)</u>	<u>(954)</u>	<u>(2.044)</u>
				<u>70.739</u>	<u>313.365</u>	<u>75.919</u>	<u>341.540</u>

Notas Explicativas

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	30.06.2011		31.12.2010	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Intervias:							
1ª emissão (a)	307.947	CDI + 1,5% a.a.	Mar./2015	73.852	199.266	74.159	235.493
2ª emissão (b)	<u>3.000</u>	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	<u>57.153</u>	<u>247.062</u>	<u>21.747</u>	<u>282.354</u>
	<u>310.947</u>			131.005	446.328	95.906	517.847
Custo de transação				<u>(1.310)</u>	<u>(1.814)</u>	<u>(1.444)</u>	<u>(2.428)</u>
				<u>129.695</u>	<u>444.514</u>	<u>94.462</u>	<u>515.419</u>
Vianorte:							
1ª série (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	36.889	99.505	37.047	117.596
2ª série (a)	<u>100.000</u>	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	<u>2.473</u>	<u>108.217</u>	<u>6.616</u>	<u>103.978</u>
	<u>253.776</u>			39.362	207.722	43.663	221.574
Custo de transação				<u>(581)</u>	<u>(1.211)</u>	<u>(635)</u>	<u>(1.488)</u>
				38.781	206.511	43.028	220.086
Total				<u>328.527</u>	<u>1.359.066</u>	<u>296.085</u>	<u>1.511.421</u>

(a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real em 30 de junho de 2011 unitário de R\$1.000,00 cada uma.

(b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 22 de novembro de 2010 com valor real em 30 de junho de 2011 unitário de R\$100.000,00 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real em 30 de junho de 2011 unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data de emissão	Valor real em 30.06.2011	Data de integralização	Valor subscrito
1ª série	15.03.2010	724.907	26.04.2010	732.936
2ª série	15.03.2010	340.000	27.04.2010	345.382
1ª emissão	15.03.2010	307.947	26.04.2010	311.300
2ª emissão	22.11.2010	<u>400.000</u>	16.12.2010	<u>403.385</u>
Total		<u>1.772.854</u>		<u>1.793.003</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e é amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, a partir de março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e será amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2012 (a partir de julho)	167.299
2013	335.133
2014	335.842
2015	288.315
2016	116.170
2017	<u>116.307</u>
	<u>1.359.066</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota 10.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda		162	19.279	17.292
Contribuição social	424	61	9.588	8.459
IRRF	916	1.004	2.850	1.872
PIS	96	-	1.178	958
COFINS	328	-	5.326	4.423
Tributos federais retidos	14	13	4.550	6.004
ISS	5	1	9.916	9.790
Impostos parcelados (a)	-	-	<u>4.321</u>	<u>4.118</u>
	<u>1.783</u>	<u>1.241</u>	<u>57.008</u>	<u>52.916</u>
Passivo circulante	1.783	1.241	54.414	50.444
Passivo não circulante (*)	-	-	2.594	2.472

Notas Explicativas

- (a) Em 2009 a controlada Vianorte aderiu ao REFIS, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários com remissão, redução de juros e anistia de multas, total ou parcial. A adesão ao programa visa equalizar e regularizar os passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações tributárias. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS e COFINS) sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 30 meses, que conferiu à Sociedade anistia parcial de 90% da multa e redução de 40% dos juros sobre a dívida original.

Assim sendo, o valor da dívida original consolidada é composto conforme segue:

Principal	2.461
Multa	180
Juros	<u>1.680</u>
Total	<u>4.321</u>

O saldo de impostos parcelados está sujeito a atualização monetária pelo índice de variação da Selic.

(*) Refere-se a impostos parcelados, registrados na rubrica outras contas a pagar.

17. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Contas a receber - partes relacionadas:				
Controladas:				
Autovias (a)	119	91	-	-
Centrovias (a)	118	93	-	-
Intervias (a)	11	114	-	-
Vianorte (a)	119	90	-	-
Planalto Sul (b)	992	1.029	-	-
Fluminense (b)	1.150	1.018	-	-
Fernão Dias (b)	1.711	1.506	-	-
Régis Bittencourt (b)	2.096	1.933	-	-
Litoral Sul (b)	1.652	1.475	-	-
Latina Manutenção	99	50	-	-
Latina Sinalização	94	48	-	-
Paulista	98	49	-	-
Planalto Sul (c)	8.226	9.753	-	-
Fluminense (c)	16.915	13.154	-	-
Fernão Dias (c)	30.752	23.871	-	-
Régis Bittencourt (c)	26.709	25.876	-	-
Litoral Sul (c)	14.895	10.891	-	-
Autovias(e)	2.034	-	-	-
Centrovias(e)	1.423	-	-	-
Intervias(e)	2.252	-	-	-

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Partes Relacionadas:				
OHL SA do Brasil	2	-	2	-
Autopark	1	-	1	-
OHL Concesiones	<u>87</u>	<u>89</u>	<u>87</u>	<u>89</u>
Total	<u>111.555</u>	<u>91.130</u>	<u>90</u>	<u>89</u>

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Dividendos a receber de controladas:		
Autovias	-	8.361
Centrovias	-	11.053
Intervias	15.816	15.816
Vianorte	4.313	4.313
Planalto Sul	-	322
Fluminense	-	2.472
Régis Bittencourt	-	9.050
Litoral Sul	-	<u>575</u>
	<u>20.129</u>	<u>51.962</u>

Ativo não circulante

Contas a receber partes relacionadas - controladas:

Planalto Sul (c)	37.000	60.000
Fluminense (c)	60.000	60.000
Fernão Dias (c)	110.000	110.000
Régis Bittencourt (c)	97.000	119.000
Litoral Sul (c)	<u>67.000</u>	<u>67.000</u>
Total	<u>371.000</u>	<u>416.000</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

<u>Passivo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Empréstimos e financiamentos a controladas:				
Autovias (d)	33.526	26.313	-	-
Centrovias (d)	13.295	10.445	-	-
Intervias (d)	<u>57.102</u>	<u>44.678</u>	-	-
Total	<u>103.923</u>	<u>81.436</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Contas a pagar:				
Partes relacionadas:				
OHL Concesiones S.L.	68	68	68	68
Hur S.A.	228	243	228	243
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	409	406	409	406
Participe en Brasil S.L.	153	99	153	99
Controladas:			-	-
Centrovias (b)	3	5	-	-

Notas Explicativas

Intervias (b)	7	12	-	-
Latina Sinalização	-	-	-	-
SPR (d)	-	2	-	-
Total	<u>868</u>	<u>835</u>	<u>858</u>	<u>816</u>

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos a controladas:

Autovias (d)	114.000	114.000	-	-
Centrovias (d)	45.000	45.000	-	-
Intervias (d)	<u>197.000</u>	<u>197.000</u>	-	-
Total	<u>356.000</u>	<u>356.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas por suas controladas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo.
- (c) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. Os juros têm seu vencimento a partir de dezembro de 2010. Os saldos do principal foram mantidos integralmente no ativo não circulante em virtude do estágio inicial das operações das controladas federais.
- (d) Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos a partir de setembro de 2010.
- (e) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber.

	<u>Controladora</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Controladas:		
Autovias	(8.486)	(2.933)
Centrovias	(3.354)	(1.159)
Intervias	(14.615)	(5.050)
Planalto Sul	3.079	1.458
Fluminense	4.425	1.529
Fernão Dias	8.096	2.798
Régis Bittencourt	8.138	3.028
Litoral Sul	4.711	1.627
Partes relacionadas		
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	(18)	17
Hur S.A.	29	(6)
Total	<u>(2.005)</u>	<u>1.309</u>

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2011, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 2.803 (R\$ 2.444 em 30 de junho de 2010) na controladora e R\$ 6.301 (R\$ 5.641 em 30 de junho de 2010) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e aos respectivos encargos sociais. Os diretores não recebem renda variável, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas controladas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais

Notas Explicativas

benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

19. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em	
		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<u>Circulante</u>					
Autovias	Direito de outorga	6.378	5.989	6.548	6.151
	Parcela variável (a)	656	650	656	650
Centrovias	Direito de outorga	9.549	8.979	9.796	9.203
	Parcela variável (a)	640	651	640	651
Intervias	Direito de outorga	5.938	5.634	6.097	5.727
	Parcela variável (b)	821	791	821	791
Vianorte	Direito de outorga	38.715	36.353	39.748	37.336
	Parcela variável (a)	<u>576</u>	<u>592</u>	<u>575</u>	<u>592</u>
Total		<u>63.273</u>	<u>59.639</u>	<u>64.881</u>	<u>61.101</u>

Consolidado

Notas Explicativas

<u>Não circulante</u>		<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em</u>	
		<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.06.2011 (*)</u>	
				<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Autovias	Direito de outorga	33.083	34.277	40.307	42.246
Centrovias	Direito de outorga	47.848	49.645	57.959	60.835
Intervias	Direito de outorga	36.666	37.461	46.154	47.696
Vianorte	Direito de outorga	<u>186.696</u>	<u>194.683</u>	<u>224.834</u>	<u>237.191</u>
Total		<u>304.293</u>	<u>316.066</u>	<u>369.254</u>	<u>387.968</u>

(*) Valores reais na data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2011 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Autovias	12	74	86
Centrovias	12	71	83
Intervias	12	91	103
Vianorte	12	68	80

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer do período findo em 30 de junho de 2011 ao Poder Concedente estão assim representados:

	<u>Outorga</u>		<u>Valor pago</u>
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Autovias	2.983	3.728	6.711
Centrovias	4.462	3.701	8.163
Intervias	2.777	4.575	7.352
Vianorte	<u>18.105</u>	<u>3.351</u>	<u>21.456</u>
Total	<u>28.327</u>	<u>15.355</u>	<u>43.682</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

Em 30 de junho de 2011, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

Notas Explicativas

2012	35.945
2013	62.095
2014	62.095
Após 2014	<u>209.119</u>
	<u>369.254</u>

20. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2011 é conforme segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>30.06.2011</u>
Cíveis	6.175	1.823	(3.784)	(653)	3	3.564
Trabalhistas	3.831	195	(2.056)	(124)	1	1.847
Fiscais	<u>212</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>234</u>
Total	<u>10.218</u>	<u>2.040</u>	<u>(5.840)</u>	<u>(777)</u>	<u>4</u>	<u>5.645</u>

Notas Explicativas

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>30.06.2010</u>
Cíveis	3.933	1.086	(52)	(211)	-	4.756
Trabalhistas	2.699	288	(273)	(64)	-	2.650
Fiscais	<u>736</u>	<u>119</u>	<u>(744)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>106</u>
Total	<u>7.368</u>	<u>1.493</u>	<u>(1.069)</u>	<u>(280)</u>	<u>-</u>	<u>7.512</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$ 9.218, R\$ 2.372 e R\$ 1.561, respectivamente, em 30 de junho de 2011.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 3 e nº 4.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 30 de junho de 2011 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2010	38.990	9.474	124.331	54.840
Adições	418	20	104.225	1.420
Utilizações	(59.192)	(198)	-	-
Transferências	<u>66.254</u>	<u>27.159</u>	<u>(66.254)</u>	<u>(27.159)</u>
Saldos em 30.06.2011	<u>46.470</u>	<u>36.455</u>	<u>162.302</u>	<u>29.101</u>

Os pagamentos efetuados no semestre, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$60.352

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 30 de junho de 2010 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2009	62.474	5.078	78.756	61.252
Adições	11.112	508	36.200	1.149
Utilizações	(39.729)	(3.122)	-	(1.128)
Transferências	<u>13.773</u>	<u>3.299</u>	<u>(13.773)</u>	<u>(3.299)</u>
Saldos em 30.06.2010	<u>47.630</u>	<u>5.763</u>	<u>101.183</u>	<u>57.974</u>

Notas Explicativas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de junho de 2011 é de R\$ 592.124 (R\$ 549.083 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor real em 30 de junho de 2011, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30.06.2011</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	8.631.100	12,50
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	5.343.100	7,80
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	107	0,00
Outros	<u>10.136.810</u>	<u>14,70</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

	<u>31.12.2010</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.942.000	11,53
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	5.344.300	7,76
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Conselho de Administração	9	0,00
Outros	<u>10.824.808</u>	<u>15,71</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

Notas Explicativas

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido do exercício	289.055
Reserva legal de 5%	<u>(14.453)</u>
Base de cálculo	274.602
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
Total	<u>68.650</u>
Dividendos por ação	0,99653

22. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2011</u>		<u>30.06.2010</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Receita de serviços prestados	453.869	888.206	390.203	756.343
Outras receitas	31.363	55.589	25.119	41.821
Receita de serviços de construção	<u>197.635</u>	<u>340.667</u>	<u>158.495</u>	<u>279.822</u>
	<u>682.867</u>	<u>1.284.462</u>	<u>573.817</u>	<u>1.077.986</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.06.2011</u>		<u>30.06.2010</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Receita bruta	682.867	1.284.462	573.817	1.077.986
ISSQN	(26.127)	(50.503)	(22.503)	(42.487)
PIS	(3.170)	(6.183)	(2.662)	(5.204)
COFINS	(14.646)	(28.545)	(12.159)	(23.892)
Outras deduções	<u>(1.170)</u>	<u>(2.139)</u>	<u>(947)</u>	<u>(1.314)</u>
Receita líquida	<u>637.754</u>	<u>1.197.092</u>	<u>535.546</u>	<u>1.005.089</u>

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Despesas</u>	Controladora			
	<u>30.06.2011</u>		<u>30.06.2010</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Com pessoal (a)	(547)	3.281	882	2.390
Serviços de terceiros	681	1.207	468	1.082
Depreciação / amortização	212	456	270	486
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	-	-

Notas Explicativas

Seguros / garantias	35	35	-	-
Consumos	-	-	168	343
Transportes	-	-	13	105
Outros	<u>1.334</u>	<u>2.652</u>	<u>1.077</u>	<u>2.093</u>
Total	<u>1.715</u>	<u>7.631</u>	<u>2.878</u>	<u>6.499</u>

Consolidado

Custos	30.06.2011		30.06.2010	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custo de construção	197.634	340.667	158.495	279.822
Com pessoal	26.128	50.812	21.721	42.520
Serviços de terceiros	37.569	74.251	36.474	70.921
Depreciação / amortização	44.947	90.035	38.715	73.574
Custos com poder concedente	7.944	15.366	8.310	15.033
Seguros / garantias	1.796	2.794	1.278	2.741
Conservação	23.321	47.718	32.679	52.431
Provisão para manutenção em rodovias	54.441	103.812	19.474	44.691
Taxa fiscalização	8.156	16.259	7.712	15.373
Outros	<u>12.725</u>	<u>32.099</u>	<u>16.601</u>	<u>34.854</u>
Total	<u>414.661</u>	<u>773.813</u>	<u>341.459</u>	<u>631.960</u>

Consolidado

Despesas	30.06.2011		30.06.2010	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Com pessoal	14.199	30.616	14.278	26.135
Serviços de terceiros	8.699	15.449	5.236	11.867
Depreciação / amortização	5.140	8.437	3.612	6.566
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(3.127)	(4.577)	(522)	108
Seguros / garantias	2.004	3.499	1.544	3.128
Consumos	1.493	3.084	2.195	4.313
Transportes	568	1.108	1.061	1.707
Outros	<u>7.767</u>	<u>14.073</u>	<u>4.141</u>	<u>8.619</u>
Total	<u>36.743</u>	<u>71.689</u>	<u>31.545</u>	<u>62.443</u>

a) No 2º trimestre de 2011 houve ajuste na provisão de gratificações.

24. RESULTADO FINANCEIRO

Controladora

	30.06.2011		30.06.2010	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras:				
Juros ativos	13.978	28.449	11.801	22.447
Aplicações financeiras	1.206	3.278	131	461
Outras receitas	<u>532</u>	<u>533</u>	<u>11</u>	<u>13</u>
Total receitas	<u>15.716</u>	<u>32.260</u>	<u>11.943</u>	<u>22.921</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(13.744)	(26.455)	(10.149)	(19.288)
Outras despesas	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>	<u>(128)</u>	<u>(128)</u>

Notas Explicativas

Total despesas (13.750) (26.461) (10.277) (19.416)

	Consolidado			
	30.06.2011		30.06.2010	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	2.691	5.068	2.494	5.131
Aplicações financeiras	35.971	70.512	18.669	26.056
Outras receitas	<u>780</u>	<u>866</u>	<u>455</u>	<u>514</u>
Total receitas	<u>39.442</u>	<u>76.446</u>	<u>21.618</u>	<u>31.701</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(76.673)	(154.237)	(54.682)	(92.769)
Atualização monetária do ônus da concessão	(7.883)	(20.181)	(15.020)	(28.645)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(3.182)	(5.839)	(2.848)	(5.417)
Outras despesas	<u>(3.376)</u>	<u>(8.463)</u>	<u>(5.448)</u>	<u>(9.860)</u>
Total despesas	<u>(91.114)</u>	<u>(188.720)</u>	<u>(77.998)</u>	<u>(136.691)</u>

25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	30.06.2011	30.06.2010
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	57.520	48.236
Juros capitalizados	6.365	6.855
Aumento de capital com reserva de lucro	43.041	-

26. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 30 de junho de 2011 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	155.966	128.004	238.318	197.066
Aliquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>(53.028)</u>	<u>(43.521)</u>	<u>(81.028)</u>	<u>(67.002)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	53.446	45.220	-	-
Ágio amortizado e direito de outorga incorporado advindo de empresa cindida e incorporada	-	-	-	(1)
Juros sobre o capital próprio recebidos	-	(4.640)	-	-
Amortização do ágio não dedutível (Vianorte)	-	-	-	(1.383)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	581	904	1.450	3.188
Outros ajustes	<u>(2.312)</u>	<u>(30)</u>	<u>2.506</u>	<u>1.655</u>

Notas Explicativas

Despesa contabilizada	<u>(1.313)</u>	<u>(2.067)</u>	<u>(77.072)</u>	<u>(63.543)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(1.313)	(2.067)	(77.743)	(60.751)
Diferidos	-	-	671	(2.792)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

27. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Lucro líquido do exercício	154.653	125.937	161.246	133.523
Número de ações durante o ano	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>
Lucro por ação - básico	<u>2.2450</u>	<u>1.8281</u>	<u>2.3407</u>	<u>1.9382</u>
 <u>Diluído</u>				
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	154.653	125.937	161.246	133.523
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>	<u>68.889</u>
Lucro por ação - diluído	<u>2.2450</u>	<u>1.8281</u>	<u>2.3407</u>	<u>1.9382</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Notas Explicativas

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e as debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,70%	15,88%	19,05%
Juros a incorrer (*)	(171.531)	(208.952)	(245.961)
Recita de aplicações financeiras	125.833	157.082	188.330
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	(53.634)	(62.822)	(71.958)
IPCA	6,16%	7,70%	9,24%
Juros a incorrer (*)	(48.292)	(53.176)	(58.115)
Juros a Incorrer líquido	(147.624)	(167.868)	(187.704)

Fonte dos índices: Relatório Focus – Bacen de 01.07.2011.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 85.567 e R\$ 76.950, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido a:

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas. Adicionalmente, mesmo tendo taxas de juros pós-fixadas, as debêntures foram emitidas ao longo de 2010.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros	01.07.2011	2015				Total
	(média ponderada) efetiva % a.a.	a 31.12.2011	2012	2013	2014	em diante	
Debêntures	13,18	230.208	507.753	482.126	453.989	741.673	2.415.749
BNDES automático	7,81	579.874	67.140	66.361	64.321	577.264	1.354.960
Finame	8,09	5.404	7.501	3.869	553	347	17.674
Leasing	11,05	2.712	6.242	6.657	7.168	5.221	28.000
		<u>818.198</u>	<u>588.636</u>	<u>559.013</u>	<u>526.031</u>	<u>1.324.505</u>	<u>3.816.383</u>

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Notas Explicativas

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.1.

a) Demonstração do resultado e ativos por segmento

	30.06.2011				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	1.155.200	170.818	1.326.018	(128.926)	1.197.092
Custos	<u>(777.406)</u>	<u>(131.932)</u>	<u>(909.338)</u>	<u>135.525</u>	<u>(773.813)</u>
Lucro bruto	377.794	38.886	416.680	6.599	423.279
Despesas gerais e administrativas	(58.672)	(9.279)	(67.951)	(11.230)	(79.187)
Outras (despesas) receitas operacionais	2.306	-	2.306	4.183	6.489
Receitas financeiras	93.709	314	94.023	(17.577)	76.446
Despesas financeiras	(210.782)	(1.314)	(212.096)	23.376	(188.720)
Variação cambial líquida	-	-	-	11	11
Lucro operacional antes dos impostos	204.355	28.607	232.962	5.362	238.318
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(67.200)	(9.230)	(76.430)	(1.313)	(77.743)
Diferidos	<u>1.175</u>	<u>(504)</u>	<u>671</u>	-	<u>671</u>
Lucro do período	<u>138.330</u>	<u>18.873</u>	<u>157.203</u>	<u>4.043</u>	<u>161.246</u>
	30.06.2010				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	974.301	118.513	1.092.814	(87.725)	1.005.089
Custos	<u>(630.038)</u>	<u>(96.673)</u>	<u>(726.711)</u>	<u>94.751</u>	<u>(631.960)</u>
Lucro bruto	344.263	21.840	366.103	7.026	373.129
Despesas gerais e administrativas	(52.638)	(6.799)	(59.437)	(14.450)	(73.887)
Outras (despesas) receitas operacionais	473	99	572	2.207	2.779
Receitas financeiras	45.919	325	46.244	(14.543)	31.701
Despesas financeiras	(155.212)	(464)	(155.676)	18.985	(136.691)
Variação cambial líquida	-	-	-	35	35
Lucro operacional antes dos impostos	182.805	15.001	197.806	(740)	197.066
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(50.928)	(4.352)	(55.280)	(5.471)	(60.751)
Diferidos	<u>(6.031)</u>	-	<u>(6.031)</u>	<u>3.239</u>	<u>(2.792)</u>
Lucro do período	<u>125.846</u>	<u>10.649</u>	<u>136.495</u>	<u>2.972</u>	<u>133.523</u>

Notas Explicativas**b) Balanços por segmento**

Ativos	30.06.2011				Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	1.111.115	8.811	1.119.926	12.513	1.132.439
Contas a receber	93.649	-	93.649	(186)	93.463
Aplicações financeiras vinculadas	40.003	-	40.003	-	40.003
Contas a receber partes relacionadas	103.936	34.942	138.878	(138.788)	90
Outros circulantes	<u>32.187</u>	<u>8.020</u>	<u>40.207</u>	<u>11.106</u>	<u>51.313</u>
Total circulantes	1.380.890	51.773	1.432.663	(115.355)	1.317.308
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber partes relacionadas	272	-	272	(272)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	96.247	781	97.028	-	97.028
Contas a receber partes relacionadas	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Outros não circulantes	33.160	80	33.240	5.592	38.832
Imobilizado	15.903	32.440	48.343	5.359	53.702
Intangível	3.514.729	9.981	3.524.710	348	3.525.058
Diferido	<u>109.694</u>	<u>-</u>	<u>109.694</u>	<u>(109.694)</u>	<u>-</u>
Total não circulantes	4.126.005	43.282	4.169.287	(454.667)	3.714.620
Total dos ativos	<u>5.056.895</u>	<u>95.055</u>	<u>5.601.950</u>	<u>(570.022)</u>	<u>5.031.928</u>

Notas Explicativas

Passivos	30.06.2011			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	574.115	5.439	579.554	-	579.554
Debêntures	328.527	-	328.527	-	328.527
Fornecedores	75.928	13.167	89.095	(5.982)	83.113
Obrigações sociais e fiscais	44.978	23.688	68.666	31.730	100.396
Credores pela concessão	63.273	-	63.273	-	63.273
Dividendos propostos	25.838	-	25.838	(25.838)	-
Adiantamento de seguros	99.425	-	99.425	-	99.425
Provisão Manutenção / Investimentos	82.925	-	82.925	-	82.925
Outros circulantes	<u>192.617</u>	<u>3.845</u>	<u>196.462</u>	<u>(158.461)</u>	<u>38.001</u>
Total circulantes	1.487.626	46.139	1.533.765	(158.551)	1.375.214
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	856.687	16.839	873.526	(371.000)	502.526
Debêntures	1.359.066	-	1.359.066	-	1.359.066
Credores pela concessão	304.293	-	304.293	-	304.293
Provisão manutenção/investimento	191.403	-	191.403	-	191.403
Outros não circulantes	<u>45.828</u>	<u>5.571</u>	<u>51.399</u>	<u>-</u>	<u>51.399</u>
Total não circulantes	2.757.277	22.410	2.779.687	(371.000)	2.408.687
Patrimônio líquido	1.261.992	26.506	1.288.498	(40.471)	1.248.027
Total dos passivos	<u>5.056.895</u>	<u>95.055</u>	<u>5.601.950</u>	<u>(570.022)</u>	<u>5.031.928</u>

Ativos	31.12.2010			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	1.085.557	5.825	1.091.382	76.906	1.168.288
Contas a receber	92.782	25.437	118.219	(33.791)	84.428
Aplicações financeiras vinculadas	96.875	-	96.875	-	96.875
Outros circulantes	<u>97.780</u>	<u>4.123</u>	<u>101.903</u>	<u>(63.816)</u>	<u>38.087</u>
Total circulantes	1.372.994	35.385	1.408.379	(20.701)	1.387.678
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	86.863	1.288	88.151	-	88.151
Outros não circulantes	10.727	63	10.790	5.164	15.954
Imobilizado	14.341	28.097	42.438	5.676	48.114
Intangível	<u>3.271.159</u>	<u>10.068</u>	<u>3.281.227</u>	<u>353</u>	<u>3.281.580</u>
Total não circulantes	3.739.090	39.516	3.778.606	(344.807)	3.433.799
Total dos ativos	<u>5.112.084</u>	<u>74.901</u>	<u>5.186.985</u>	<u>(365.508)</u>	<u>4.821.477</u>
1	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Passivos	31.12.2010			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.016.959	4.864	1.021.823	(83.545)	938.278
Debêntures	296.085	-	296.085	-	296.085
Fornecedores	87.118	9.356	96.474	(25.350)	71.124
Obrigações sociais e fiscais	67.055	17.490	84.545	6.709	91.254
Credores pela concessão	59.639	-	59.639	-	59.639
Dividendos propostos	51.962	-	51.962	16.688	68.650
Outros circulantes	<u>124.455</u>	<u>1.862</u>	<u>126.317</u>	<u>(14.049)</u>	<u>112.268</u>
Total circulantes	1.703.273	33.572	1.736.845	(99.547)	1.637.298
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	443.458	15.300	458.758	(416.000)	42.758
Debêntures	1.511.421	-	1.511.421	-	1.511.421
Credores pela concessão	316.066	-	316.066	-	316.066
Outros não circulantes	<u>213.271</u>	<u>6.390</u>	<u>219.661</u>	<u>7.492</u>	<u>227.153</u>
Total não circulantes	2.484.216	21.690	2.505.906	(408.508)	2.097.398
Patrimônio líquido	924.595	19.639	944.234	142.547	1.086.781
Total dos passivos	<u>5.112.084</u>	<u>74.901</u>	<u>5.186.985</u>	<u>(365.508)</u>	<u>4.821.477</u>

30. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros para garantir a cobertura de riscos inerentes às suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 30 de junho de 2011, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - estaduais				
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000	
	Responsabilidade civil	20.100	25.211	26.544	22.732	
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	80.338	102.700	124.335	114.178	
Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	25.100	25.100	25.100	25.100	25.100
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	42.539	62.293	110.096	117.471	89.461

Notas Explicativas

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$ 58.425.

Em 30 de junho de 2011 houve adiantamento de seguros no valor de R\$ 99.425 (R\$ 26.679 em 31 de dezembro de 2010) referente a sinistros ocorridos nas rodovias.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Fernão Dias

A sociedade obteve aprovação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, no valor de R\$ 702.754, as transações serão liberadas em duas parcelas a seguir:

- 1) O valor solicitado na primeira liberação (Subcrédito “A1”) é de R\$ 350.477 essa transação ocorrerá no mês de julho de 2011.
- 2) Do montante solicitado na primeira liberação será efetuada a quitação do empréstimo ponte, objeto do contrato de financiamento nº 09.2.0234.1 firmando em 10 de junho de 2009, composto pelo valor de R\$ 202.756.

Planalto Sul

No dia 28 de julho a Sociedade obteve a terceira liberação de parte do Sub-crédito A no valor de R\$ 21.118 mil do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Litoral Sul

No dia 12 de julho de 2011, ocorreu a assinatura do contrato de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES no montante de R\$810.137, juntamente ocorreu o tombamento e quitação do “empréstimo-ponte” que foi destinado, conforme contrato, para execução de serviços iniciais, recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, e, ainda, despesas prévias operacionais, visando à exploração do Lote Rodoviário 07 (BR 116/PR, BR 376/PR e BR 101/SC), referente ao Contrato de Concessão de Serviço Público, celebrado entre a União, por intermédio da ANTT, e a Sociedade.

32. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS RECENTEMENTE E AINDA NÃO APLICADOS PELA SOCIEDADE

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “ <i>Joint Ventures</i> ”, eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes informações trimestrais.

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1 de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no formulário de Informações Trimestrais - ITR's da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade"), referentes ao período findo em 30 de junho de 2011, a respectiva demonstração do resultado para o trimestre e semestre findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 2º trimestre de 2011.

São Paulo, 11 de agosto de 2011.

Ronaldo Fiorini
Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Cysneiros de Moraes
Conselheiro Fiscal

Luiz Pércles Muniz Michielin
Conselheiro Fiscal

José Luiz Montans Anacleto Júnior
Conselheiro Fiscal

Carlos Eduardo de Abreu Sodré
Conselheiro Fiscal

Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2011.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Felipe Ezquerra Plasencia
Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain
Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da OHL Brasil S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2011.

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Felipe Ezquerra Plasencia
Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain
Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor